



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EXATAS - CCHE
CAMPUS VI – POETA PINTO DO MONTEIRO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS

CARLOS HUMBERTO BARBOSA DE LIRA

**DA NOMENCLATURA GRAMATICAL À EXPRESSÃO DA SUBJETIVIDADE: O
ADJETIVO NUMA PERSPECTIVADISCURSIVA.**

Monteiro – PB
2014

CARLOS HUMBERTO BARBOSA DE LIRA

**DA NOMENCLATURA GRAMATICAL À EXPRESSÃO DA SUBJETIVIDADE: O
ADJETIVO NUMA PERSPECTIVA DISCURSIVA.**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em Letras da Universidade Estadual da Paraíba, Campus VI, como requisito parcial para obtenção do título de licenciado em Letras.

Orientador (a): Prof. Ms. Noelma Cristina Ferreira dos Santos

Monteiro – PB
2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

L768n Lira, Carlos Humberto Barbosa de.
Da nomenclatura gramatical à expressão da subjetividade
[manuscrito] : o adjetivo numa perspectiva discursiva / Carlos
Humberto Barbosa de Lira. - 2014.
59 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras-
Português) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências
Humanas e Exatas, 2014.
"Orientação: Profa. Ma. Noelma Cristina Ferreira dos Santos,
Departamento de Letras".

1. Língua portuguesa. 2. Gramática normativa - adjetivo. 3.
Análise do discurso. 4. Subjetividade e adjetivo. I. Título.
21. ed. CDD 469

CARLOS HUMBERTO BARBOSA DE LIRA

**DA NOMENCLATURA GRAMATICAL À EXPRESSÃO DA SUBJETIVIDADE: O
ADJETIVO NUMA PERSPECTIVA DISCURSIVA**

Trabalho monográfico apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em Letras da Universidade Estadual da Paraíba, Campus VI, como requisito para obtenção do título de licenciado em Letras.

Aprovada em 10 de dezembro de 2014

BANCA EXAMINADORA

Noelma Cristina F. Santos

PROF. Ms. NOELMA CRISTINA FERREIRA DOS SANTOS

UEPB

ORIENTADORA

Luciana Fernandes Nery

PROF. Ms. LUCIANA FERNANDES NERY

UEPB

Paulo Vinícius Ávila Nóbrega

PROF. Ms. PAULO VINÍCIUS ÁVILA NÓBREGA

UEPB

A minha mãe, Claudete Maria Barbosa, que sempre esteve comigo, nos momentos bons e ruins, de vitórias e derrotas, meu porto seguro, minha mestra primeira na arte do educar.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, sou grato ao Deus, meu refúgio e fortaleza, no qual deposito toda a minha confiança de onde provém toda minha força em seguir adiante buscando sempre alcançar novos voos e obter novas conquistas.

As minhas AMIGAS: Aldelânia Pereira Campos e Tereza Raquel Mendes, sem as quais não seria possível a concretização deste momento tão sonhado e esperado.

As minhas eternas mestras, a Prof. Noelma Cristina Ferreira dos Santos e Prof. Rebeca Rannieli Alves Ribeiro, as quais aprendi a admirar e respeitar, tornando-se para mim referenciais de pessoas e profissionais.

A todos os professores do período de graduação, sou infinitamente grato pela severidade com que cobraram de mim e dos demais colegas os resultados necessários a uma boa formação.

Ameus colegas, amigos de curso, de modo especial a: Franciene Basílio, Tamires MireleLins Félix da Silva, Ana Maria Teixeira da Silva, WilkaCaliane Passos e Wilma Celiane Passos, com os quais vivenciei momentos inesquecíveis e que estarão eternizados nas minhas lembranças, nos trabalhos produzidos, nas fotografias guardadas. Tornamo-nos uma família ao longo da caminhada e, os laços criados permanecerão por toda uma vida.

A minha amiga Jandilma Freire, que conheci ao ingressar no curso de Letras na UEPB, mesmo tendo a vida nos feito trilhar caminhos distintos, os laços entre nós criados se fortalecem a cada dia. Minha gratidão pelo companheirismo, amizade e incentivo.

A vida, pela oportunidade da realização de um sonho: cursar a faculdade de Letras, meu orgulho, que me permite exercer a profissão por mim conscientemente escolhida: Professor e orgulhoso disto.

“Gosta de sentir a minha língua roçar a língua de Luís de
Camões
Gosto de ser e de estar
E quero me dedicar a criar confusões de prosódia
E uma profusão de paródias
Que encurtem dores
E furem cores como camaleões
Gosto do Pessoa na pessoa
Da rosa no Rosa
E sei que a poesia está para a prosa
Assim como o amor está para a amizade
E quem há de negar que esta lhe é superior?
E deixe os Portugais morrerem à míngua
"Minha pátria é minha língua" [...]"

Caetano Veloso

RESUMO

A gramática normativa da língua portuguesa é desde sempre ponto de discordância e de investigação dos fenômenos recorrentes no idioma português brasileiro. A instauração de parâmetros que ditaram as regras do bom português ratificadas pela NGB (Nomenclatura Gramatical Brasileira) trouxe aos falantes deste idioma certa paz linguística, uma vez que antes da instauração da NGB não havia um padrão para análise e compreensão dos fenômenos linguísticos que vislumbram o idioma português brasileiro. Com a NGB, surgem de uma vez por todas de forma delimitada as classes gramaticais, dentre as quais os adjetivos ocupam posição primordial, haja vista possuírem relação intrínseca com os substantivos. A classe dos adjetivos foi perpetuada ao longo dos anos de tradição gramatical como uma classe que expressa características. Todavia, tal afirmação se faz perigosa quando tomamos os adjetivos inseridos num contexto linguístico discursivo. O discurso é mais que uma concatenação de palavras orientadas para um dado fim, pois permite ao seu enunciador se colocar de forma particular no meio social, ou seja, propicia um posicionamento pessoal do falante em relação ao meio no qual convive. Assim, o discurso proporciona a expressão subjetiva dos indivíduos. Sendo o adjetivo parte integrante deste contexto, não seria ele – o adjetivo – capaz de manifestar esse aspecto, ou seja, não seria o adjetivo capaz de expressar subjetividade? Nosso trabalho tem como intuito responder a esta indagação. Para tal discorremos no nosso trabalho em três momentos distintos; no primeiro tratamos da questão da classificação, dos princípios da taxonomia, bem como do adjetivo em uma perspectiva tradicional: Bechara (2006); Cunha e Cintra (2007); em seguida do adjetivo numa perspectiva descritiva: Perini (2007) e (2010); finalizando com o adjetivo numa perspectiva discursiva: Castilho (2012). No segundo momento, tratamos da subjetividade observando as correntes linguísticas da enunciação: Benveniste (2005) e a análise do discurso: Brandão (2004). Utilizamos também outros autores como: Bakhtin (2003); Flores e Teixeira (2008); Ilari (2014); Farias (2000) e outros. No terceiro momento, buscaremos por meio da análise de textos: redações do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), que alcançaram nota máxima no ano 2013, cujo tema foi “Efeitos da implantação da Lei Seca no Brasil”, retirado da página de educação do site UOL, verificar a ocorrência dos adjetivos expressando a subjetividade. Esperamos desta maneira, corroborar para uma melhor compreensão da língua (gem), bem como aprofundar o conhecimento obtido ao longo da graduação.

PALAVRAS-CHAVE: Adjetivo; Subjetividade; Discurso

ABSTRACT

The normative grammar of the Portuguese language is always sticking point and investigation of recurrent events in the Brazilian Portuguese language. The introduction of parameters that dictate the rules of the Portuguese good ratified by NGB (Nomenclature Brazilian Grammar) brought to speakers of this language right linguistic peace, since before the introduction of the NGB there was a standard for analysis and understanding of linguistic phenomena out over the Brazilian Portuguese language. With the NGB, come once and for all delimited form the parts of speech, among which the adjectives occupy a central position, considering they have inseparably linked to the nouns. The class of adjectives has been perpetuated over the years of grammatical tradition as a class expressing characteristics. However, this statement becomes dangerous when we entered the adjectives in a discursive linguistic context. The speech is more than a concatenation of words targeted for a particular purpose, as it allows your enunciator put in a particular way in the social environment, that is, provides a speaker's personal position in relation to the environment in which lives. Thus, the subjective speech provides the speech of individuals. The adjective being an integral part of this context, would not it - the adjective - able to express this aspect, that is, would not be the adjective able to express subjectivity? Our work has the intention to answer this question. To this end we discuss in our work at three different times; the first dealt with the issue of classification, taxonomy of principles as well as the adjective in a traditional perspective: Bechara (2006); Cunha and Cintra (2007); then the adjective in a descriptive perspective: Perini (2007) and (2010); ending with the adjective in a discursive perspective: Castilho (2012). In the second stage, deal of subjectivity observing the current language of enunciation: Benveniste (2005) and discourse analysis: Brandão (2004). We also use other authors as: Bakhtin (2003); Flores and Teixeira (2008); Ilari (2014); Farias (2000) and others. In the third phase, we will seek through the analysis of texts: essays ENEM (National High School Exam), who achieved top marks in 2013, whose theme was "Prohibition of implementation of the effects in Brazil," taken from the education page the UOL site, verify the occurrence of adjectives expressing subjectivity. We hope in this way to corroborate a better understanding of the language (gem) and deepen the knowledge gained through graduation.

KEYWORDS: Adjective; Subjectivity; Speech

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1 – ADJETIVO: DA PERSPECTIVA TRADICIONAL À PERSPECTIVALINGUÍSTICA.....	12
1.1 O adjetivo no contexto da classificação das palavras: um pouco de história.....	12
1.2 O adjetivo numa perspectiva tradicional	16
1.3 O adjetivo numa perspectiva descritiva	19
1.4 O adjetivo numa perspectiva funcionalista	22
CAPÍTULO 2 – LINGUAGEM E EXPRESSIVIDADE: O SISTEMA A FAVOR DA SUBJETIVIDADE.....	28
CAPÍTULO 3 – A GRAMÁTICA E A EXPRESSIVIDADE: O ADJETIVO E A SUBJETIVIDADE.....	40
3.1 Adjetivos não predicativos	41
3.2 Adjetivos predicativos	42
3.2.1 Adjetivos com efeito de objetividade	43
3.2.1.1 Adjetivos qualificadores	44
3.2.1.2 Adjetivos quantificadores	45
3.2.2 Adjetivos com efeito de subjetividade	46
3.2.2.1 Adjetivos modalizadores	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS	55
ANEXOS	56
Texto I	57
Texto II	58
Texto III	59

INTRODUÇÃO

“A descrição da estrutura de uma língua depende crucialmente de classificações: classes de palavras, classes de sintagmas, classes de morfemas” (PERINI, 2010, p. 289). O princípio da taxonomia é efetivamente utilizado nas gramáticas, haja vista a necessidade de organização e categorização dos elementos linguísticos. Sabemos, no entanto, que a quantidade extensiva de nomenclaturas que ocupam páginas e mais páginas nos compêndios vai além da mera descrição do idioma e assumem um caráter prescritivo em sua exposição, apresentando uma classificação que, por vezes, se afasta da realidade dos usos linguísticos. O foco do nosso estudo está vinculado a uma destas nomenclaturas utilizadas tradicionalmente, conforme as normas da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), a classe de palavras: *adjetivo*. Tendo em vista que o emprego do adjetivo se dá junto ao substantivo, é irrevogável falarmos sobre estes também.

Nesta pesquisa, buscamos evidenciar outro papel fundamental na utilização do adjetivo: o poder da subjetividade do falante. A premissa de que os adjetivos são apenas uma classe caracterizante não nos contenta e os padrões perpetuados pela NGB, ainda que tenham contribuído muito para a organização dos lexemas do léxico português, deixam a desejar no que concerne à utilização dos critérios semânticos, morfológicos e sintáticos para dado fim. Assim sendo, a partir da análise de textos de redações que alcançaram a nota máxima no ENEM (Exame nacional do Ensino Médio) investigaremos a maneira como o adjetivo se porta mediante o discurso dos falantes, uma vez que as posições sintáticas e semânticas que o adjetivo pode assumir possibilitam a este o caráter subjetivo da linguagem, pelo qual o falante expressa o seu eu, seu ponto de vista, sua posição ante determinada situação.

A pesquisa para obtenção dos dados que adiante serão apresentados na análise, ocorreu por meio da procura em vários sites que contém bancos de dados com textos de exames como o ENEM, vestibulares, concursos entre outros. O site do qual foram extraídos os textos é o UOL, que contém uma página exclusiva para conteúdos voltados à educação. Do total de textos analisados, lidos, investigados, três foram selecionados devido à abundante utilização de adjetivos em sua construção. Os três textos escolhidos tratam do tema de 2013, “Efeitos da implantação da Lei Seca no Brasil”.

Optou-se por redações do ENEM por tratarem de textos redigidos por alunos do Ensino Médio, o que também nos proporciona uma leitura acerca desta modalidade do ensino, haja vista, ser o Ensino Médio o momento do ápice na formação básica. Como também, por

tratarem de textos de tipologia dissertativa, argumentativa e descritiva o que requer a disposição do falante ao uso da subjetividade em seu escrito. Desta maneira, esperamos obter os resultados almejados em nossa pesquisa.

Não podemos discorrer sobre uma dada classe gramatical sem antes fazermos uma breve reflexão sobre os princípios que regem a taxonomia. A origem da tradição gramatical também vem à pauta para que possamos compreender de forma clara os meios pelos quais os adjetivos são o que são. Assim, discorreremos de forma sucinta as diferentes perspectivas a respeito da classificação das palavras, conforme Farias (2000), buscando evidenciar os fatores inerentes a tal posição linguística, explicitando desde os primórdios da tradição que originou a nomenclatura gramatical, de modo específico: as classes de palavras à criação da NGB e, o posicionamento do adjetivo antes e pós Nomenclatura Gramatical Brasileira.

O primeiro capítulo: “Adjetivo: da perspectiva tradicional à perspectiva linguística” está organizado de modo a expor concepções sobre os adjetivos. No item 1.1, “O adjetivo no contexto da classificação das palavras: um pouco de história”, faremos um breve histórico da posição ocupada pelos adjetivos antes e pós a NGB, conforme Farias (2000), bem como no item 1.2 serão apresentadas as concepções dos gramáticos: Celso Cunha e Lindley Cintra (2007) e Bechara (2006), como representantes da tradição gramatical. Em seguida, no item 1.3: “O adjetivo numa perspectiva descritiva” discorreremos sobre as concepções de adjetivo apresentadas pelo linguista Mário A. Perini, representante da perspectiva descritivista, utilizando para tal duas obras: *Gramática Descritiva do Português* (2007) e, *Gramática do Português Brasileiro* (2010) e, no item 1.4: “O adjetivo numa perspectiva funcionalista”, veremos a concepção de Castilho (2012), representante do funcionalismo.

No segundo capítulo, recorreremos a autores como Benveniste (2006), Brandão (2004) e Flores e Teixeira (2008) para compreendermos o campo discursivo da linguagem. Veremos também noções da linguística da enunciação, haja vista termos em nosso trabalho o tema subjetividade intimamente atrelado a essa área de estudo da linguística. Dessa maneira, buscaremos evidenciar o aspecto discursivo da linguagem para posteriormente unirmos gramática e enunciação, isto é, adjetivo e subjetividade.

Em suma, nas linhas a seguir teremos muitas perspectivas expressas com um único fim: evidenciar de que forma a subjetividade se faz presente nos estreitos veios do âmbito gramatical. A taxonomia é o nosso mar. Entretanto, a classe dos adjetivos é o nosso porto. Adjetivos exaustivamente estudados na escola junto ao seu companheiro inseparável o substantivo, uma vez que dada a estreita relação entre ambas as classes se faz possível a

permuta entre as palavras das duas classes, ora atuando como adjetivos, ora atuando como substantivos. Desta maneira, percebemos o quão complexa é a tradição gramatical e o quão interessante é a língua(gem).

1. ADJETIVO: DA PERSPECTIVA TRADICIONAL À PERSPECTIVA LINGUÍSTICA

1.1 O adjetivo no contexto da classificação das palavras: um pouco de história

A língua portuguesa, assim como os demais idiomas, é constituída por um conjunto de regras que são dispostas em espécimes de paradigmas que norteiam “o bom uso” da língua tanto no aspecto oral, como no escrito (este de modo mais específico). Dessa forma, os compêndios gramaticais, ou gramáticas da Língua Portuguesa, como assim conhecemos, trazem em suas páginas as regras que regem o uso “correto” do nosso idioma. Do ponto de vista morfológico, as palavras são organizadas a partir do princípio da taxonomia e são dispostas em dez classes.

Antes de nos aprofundarmos no nosso foco de estudo, nos detenhamos um pouco nesse princípio da taxonomia, ou simplesmente: classificação das palavras. Esta é disciplina primeira nos anos escolares com estudo acerca da classificação gramatical. Estudam-se substantivos, adjetivos, pronomes, verbos, advérbios, artigos, numerais, conjunções, preposições e interjeições. Diz-se: tal palavra é substantivo, tal palavra é adjetivo, entretanto não se evidencia o porquê. Quais os princípios que conduziram a tal afirmação? O problema, conforme Farias (2000, p.15), reside já na própria nomenclatura utilizada ao se abordar o tema classificação “das palavras”, uma vez que se encontram várias outras designações para o mesmo fim, tais como classificação: “dos vocábulos”; “das partes do discurso”; “das partes da oração”; etc.

Segundo Farias (2000), denomina-se “palavra” a todo lexema dotado de um sentido próprio, independente. Porém, fica evidente que nem todas as ditas classes gramaticais são constituídas de palavras, por assim dizer. Vejamos: como denominar palavras as preposições, os artigos, as conjunções, as quais só obtêm sentido quando inseridas entre outras “palavras” ou acompanhando-as? Nesse sentido, seria mais conveniente denominar-se classificação dos vocábulos. Contudo, a tradição nos ensina que “palavra” é um termo mais abrangente e por isso, utilizado. Esta discussão não é nova, os critérios são os mais diversos desde a antiguidade. No mundo ocidental, a tradição gramatical tem origem na tradição grega nos estudos de Aristóteles sobre as partes do discurso, dividida em três – nome, verbo e conjunção. O quadro classificatório que nos é apresentado hoje remonta à sistematização efetiva da gramática grega atribuída a Dionísio da Trácia (séc. II a.C.), o qual distinguiu oito

“partes do discurso”, a saber: nome, verbo, conjunção, particípio, artigo, pronome, preposição e advérbio.

A classificação em português vem da tradição latina, como explicitada no parágrafo a seguir:

A tradição gramatical mais antiga dos latinos, segundo Biderman (1978), também distinguia oito “partes do discurso” (“partes da oração”), diferenciando-se da tradição grega por incluir como classe a interjeição e por suprimir o artigo, fato gramatical inexistente na língua romana. Posteriormente, segundo a mesma autora, já na Idade Média, os latinos distinguiram nomes **substantivos** e nomes **adjetivos**, e isolaram a classe do **numeral**. A distinção entre verbo e particípio não permaneceu na tradição gramatical posterior, assumindo o particípio a ambivalente condição de subespécie do verbo passível de flexão nominal. (FARIAS, 2000. p. 18)

Observando Farias (2000), compreendemos o que hoje as gramáticas tradicionais e/ou normativas apresentam-nos como classificação das palavras. No entanto, o quadro que temos atualmente pode ser dito recente, pois até meados dos anos 50 não vigorava no idioma português uma nomenclatura gramatical unívoca, mas uma gama de interpretações que confundiam os próprios estudiosos da área, o que evidentemente dificultava o ensino de língua materna. Da classificação grega à classificação latina até a da língua portuguesa, inúmeros foram os eventos que corroboraram para a instituição da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), esta instaurou certo estado de paz linguística entre os falantes/estudantes de língua portuguesa, ainda que sob protestos sobre essa ou aquela classe gramatical. Assim, obtém-se, conforme Farias (2000) os seguintes quadros:

Quadro1: Classificação das palavras antes da NGB – cf. Almeida, 1951

CLASSE	ESPÉCIE	SUBÉSPECIE
Substantivo		
Adjetivo	Qualificativo Determinativo demonstrativo conjuntivo interrogativo possessivo numeral indefinido	articular
Pronome	Substantivo Adjetivo	pessoal articular
demonstrativo conjuntivo interrogativo possessivo numeral indefinido		
Verbo		
Advérbio		
Preposição		
Conjunção	Coordenativa Subordinativa	
Interjeição		

Fonte: Farias (2000, p.27)

Quadro2: Classificação das palavras segundo a NGB – cf. Chediak, 1960.

CLASSE	ESPÉCIE
Substantivo	
Artigo	
Adjetivo	
Numeral	
Pronome	pessoal possessivo demonstrativo indefinido interrogativo relativo
Verbo	
Advérbio	
Preposição	
Conjunção	coordenativa subordinativa
Interjeição	

Fonte:Farias (2000, p.32)

Como podemos observar, havia antes da instituição da NGB, uma discordância na ordenação, organização das palavras. Podemos verificar este fato ao analisarmos no quadro 1 a posição dos adjetivos – nosso objeto de estudo – ora isolado, numa classe, mas subdividido em espécies e subespécies; ora como espécie do pronome, mas apresentando as mesmas subespécies para pronomes quando locado na classe dos adjetivos. É evidente que os critérios semântico, mórfico e sintático não eram considerados. Após a NGB, alterações são realizadas: artigos e numerais são isolados em classes próprias, antes pertenciam à classe dos adjetivos locados como subespécies; adjetivos e pronomes são distinguidos e separados. Há nesta classificação da NGB o uso dos critérios semântico, mórfico e sintático, ainda que de forma tosca e confusa.

Fato interessante e passível de análise é à disposição da classe dos adjetivos. Tais palavras, primariamente são contrastadas com os pronomes chegando a confundir-se com os mesmos. Vemos nesse aspecto, a velha discussão entre classe e função, forma e sentido, os critérios semânticos, mórficos e sintáticos mais uma vez em conflito. É necessária a observação criteriosa das palavras para a definição de sua classe, esta, por sua vez, difere notoriamente de sua função, pois um substantivo pode exercer várias funções (sujeito, complemento nominal, objeto direto, objeto indireto, aposto, vocativo, etc.), haja vista que o sentido não é independente, nem tampouco um conceito está ligado a uma forma.

A NGB apresenta o adjetivo como uma classe de palavras, cujo papel é modificar o sentido das palavras às quais se referem: os substantivos, ou seja, é um modificador. Há nesta definição uma tentativa do emprego dos critérios sintáticos e semânticos como evidencia Farias (2000):

Já nas definições de adjetivo, é comum constar como traço definidor dessa classe o seu papel “*modificador*” do substantivo. Esse traço pode ser entendido como uma propriedade sintática do adjetivo, uma vez que implica uma relação de dependência entre um elemento dessa classe com outro da classe dos substantivos. Entendido dessa forma, entretanto, se aplica tanto ao adjetivo quanto aos numerais (*primeiroemprego*), pronomes (*meu* emprego) e artigos (*oemprego*), classes também modificadoras de substantivos [...] Há também nas definições do adjetivo uma tentativa de caracterizar esse elemento segundo suas propriedades semânticas, indicativas de *qualidade, atributo, estado, etc.* (FARIAS, 2000. p. 37)

Desta maneira, observamos o quão complexa é a questão da taxonomia. A classificação das palavras requer um minucioso estudo acerca dos critérios já mencionados. Os adjetivos, enquanto classe de palavras não foge a tais critérios. Todavia, a classificação parece-nos um fato, senão elucidado, abrandado pela proposta da NGB que foi e é acatada

ainda hoje, até mesmo por seus críticos. O que propomos neste trabalho é um estudo de uma dessas classes, o adjetivo, citado no início desta discussão, mas, para tal, é necessário que compreendamos a questão da classificação, os princípios que a regem. Passemos, pois, à abordagem teórica do adjetivo, primeiramente conforme a perspectiva tradicional, segundo Cunha e Cintra (2007) e Bechara (2006), em seguida numa perspectiva descritiva, segundo Perini (2010), encerrando com a perspectiva funcionalista conforme Castilho (2010).

1.2 O adjetivo numa perspectiva tradicional

Conforme consta na Nova Gramática do Português Contemporâneo, “O adjetivo é essencialmente um modificador do substantivo” (CUNHA; CINTRA, 2007, p. 259), servindo para a caracterização – qualidade, modo de ser, aspecto ou aparência, estado deste e, ainda, estabelecer uma relação de tempo espaço, matéria, finalidade, propriedade, etc. A relação entre adjetivo (termo determinante) e substantivo (termo determinado) é estrita, podendo em alguns momentos determinados itens lexicais transitar entre ambas as partes (classes) ocasionando a substantivação. Assim, o adjetivo sai da posição de termo subordinado para “[...] tornar-se o termo nuclear do sintagma nominal” (CUNHA; CINTRA, 2007, p. 260). A substantivação, via de regra, ocorre com a anteposição de um “determinativo”, geralmente o artigo, ao adjetivo.

Cunha e Cintra atentam para a substituição dos adjetivos por outras palavras que podem assumir tal posição. Primeiramente, associando o substantivo em relação a outro na forma de aposto empregando locuções ou, ainda, com um substantivo abstrato. Há, ainda, outras possibilidades: a caracterização pode ser realizada por meio de uma oração desenvolvida (Oração Subordinada Adjetiva) ou reduzida (Oração Subordinada Adjetiva Reduzida de Gerúndio).

Quanto a uma classificação dos adjetivos, Cunha e Cintra (2007), fazem-na segundo princípios morfológicos, citando os adjetivos primitivos, derivados e pátrios. A primeira especificidade é considerada pouca, pois poucos são os adjetivos que “[...] designam por si mesmos uma qualidade sem referência a uma substância ou ação que representem.” (SOBEJANO apud CUNHA; CINTRA, 2007, p. 262); a segunda especificidade é vasta, uma vez que derivam de substantivos e verbos com os quais mantêm uma relação do ponto de vista semântico e a terceira especificidade faz referência aos adjetivos oriundos/indicativos de localidades (pátrios) e raças e povos (gentílicos).

No tocante à flexão, os adjetivos apresentam a mesma flexão dos substantivos – número, gênero e grau. A forma do número – singular e plural – é tomada em consonância com o substantivo qualificado. O gênero dos adjetivos também está atrelado ao substantivo que sempre apresenta um gênero ao passo que o adjetivo não o pode assegurar, pois sempre assume o gênero do substantivo que modifica. Conforme, Cunha e Cintra (2007, p. 265):

Do ponto de vista morfológico, o único traço que, na verdade, singulariza o adjetivo como uma parte do discurso diversa das demais é poder, na maioria das vezes, apresentar duas terminações de gênero, sem que, com isso, seja uma palavra de gênero determinado e sem que o conceito por ele designado corresponda a um gênero real.

Quanto à gradação, esta se dá através de processos sintáticos ou morfológicos, apresentado o grau Comparativo (Igualdade, Superioridade e/ou Inferioridade) e Superlativo (Absoluto – sintético ou analítico/ Relativo – superioridade ou inferioridade) cada qual com seu critério de formação.

Fato interessante são as funções sintáticas, as quais os adjetivos podem exercer. Como, apenas, “[...] só existe referido a um substantivo [...]” (CUNHA; CINTRA, 2007, p. 275), o adjetivo exercerá as funções de adjunto adnominal e predicativo. Referindo-se ao valor estilístico, o adjetivo é de fundamental importância, haja vista que: “É ele que nos permite configurar os seres ou objetos tal como a nossa inteligência os distingue, nomeando-lhes as peculiaridades [...]”; bem como “[...] expressar os seres enriquecidos pelo que nossa imaginação e sensibilidade lhes atribui”. (CUNHA; CINTRA, 2007, p. 279).

Conforme Bechara (2006), define-se adjetivo como a classe de palavras que tem como característica a delimitação, isto é, por precisar as possíveis características do substantivo, de forma a fazer referência a uma parte ou aspecto do lexema ao qual faz referência. O adjetivo pertence ao inventário aberto, que sempre pode ser aumentado. Estes lexemas apresentam uma estrutura interna “[...] combinação de um signo lexical expresso pelo radical com signos morfológicos expressos por desinências ou alternância, ambas destituídas de existência própria fora dessas combinações”. (BECHARA, 2006, p.142).

A relação existente entre o adjetivo (signo delimitador) e o substantivo (signo delimitado) geralmente ocorre via concordância – Ex.: menino bonito/menina bonita – encontramos aqui o aspecto sintático, retratado na gramática tradicional como Concordância Nominal, a relação na qual ocorre a combinação entre o delimitador e delimitado.

Em relação à classificação, há, conforme a espécie de delimitação ocasionada pelo adjetivo (delimitador) três distinções: a explicação; a especialização e a especificação que

correspondem respectivamente aos signos explicadores, especializadores e especificadores. Os explicadores corroboram com o destaque e acentuação da característica correspondente ao denotado. Os especializadores assinalam um limite da forma extensiva e intensiva do denotado sem colocá-lo em contraste com outros denotadores sinônimos. E os especificadores fazem restrição às possibilidades referenciais do substantivo nomeado. Ainda, os especificadores, quando referentes a substantivos de significação mais vasta, delimitam outras classes menos amplas, com em: homem/homem branco.

Outro modo do uso do adjetivo (delimitador) é por meio da locução adjetiva que consiste na formação de uma expressão através da junção de uma preposição + substantivo. Juntos equivalem semanticamente ou sintaticamente a um adjetivo. Todavia, nem sempre há um adjetivo com significação correspondente ao da locução. Há, também, e não menos relevante o processo de substantivação que ocorre quando o adjetivo é utilizado assumindo a posição do substantivo, uma vez que este não se faz necessário ou o adjetivo é utilizado de um modo geral ou indeterminado (caso que usa o masculino).

A flexão do adjetivo dá-se por meio da combinação com alguns signos. O adjetivo apresenta a flexão de número, gênero e grau¹. Contudo, tal qual o substantivo utiliza-se de duas formas singular e plural apresentando semelhante formação deste com os substantivos. No caso dos compostos, Bechara (2006) observa uma dificuldade na formação do plural de tais adjetivos, pois havendo a possibilidade de substantivação, o plural pode ser expresso de maneiras distintas, uma quando ocupando a posição de adjetivo e outra, quando ocupando a posição substantivo – Ex.: Adjetivo: verde-claro; Substantivos: verdes-claros.

No que concerne ao gênero, os adjetivos, em virtude do seu elo sintático com o substantivo – a concordância –, apresentam os mesmos gêneros: masculino e feminino. Porém, essa distinção tem valor referencial diferenciado, pois para os substantivos ocasionam a mudança de referência e, para os adjetivos “[...] designam sempre a mesma qualidade e só se explicam como simples repercussão da relação sintática” (BECHARA, 2006, p. 146).

Por fim, quanto à noção de grau, Bechara (2006) apresenta apenas uma novidade, além do grau comparativo (igualdade, superioridade e inferioridade) e o superlativo (relativo; absoluto – analítico ou sintético) compreendidos entre os substantivos, há o positivo que consiste no simples anúncio da qualidade.

¹ O grau não se realiza na língua através de recursos morfológicos, mas sintáticos. Nos estudos lingüísticos, essa discussão já está bem consolidada, e o grau é considerado derivação, não flexão. O próprio Bechara (2006) reconhece que mantém o grau na categoria de flexão para obedecer aos critérios da NGB, mas já na sua *Gramática Escolar da Língua Portuguesa* (BECHARA, 2010), ele reconhece o grau como derivação.

1.3 O adjetivo numa perspectiva descritiva

Na *Gramática Descritiva do Português*, Perini (2007) destaca a questão da taxonomia equívoca, senão inadequada, em alguns casos, especificamente no que se refere à distinção entre substantivos e adjetivos. Entretanto, a descrição das possibilidades dos critérios para uma classificação adequada é pormenorizada, haja vista a separação entre substantivos e adjetivos “ser pouco marcada” ocasionando a dúvida da existência de duas classes distintas.

Os adjetivos são denominados modificadores e, para sua classificação, se faz uma análise das funções no sintagma nominal, doravante assinalado como SN. Aspecto distintivo é o “[...] potencial funcional das palavras na maioria das vezes, se exprime por vários traços [...]” (PERINI, 2007, p. 322). Vejamos o exame de possíveis modificadores:

(A) Um carro velho.

(B) Uma moça endividada.

Observemos que *velho* e *endividada* modificam as palavras às quais se referem, portanto, estão exercendo a função de modificadores. Mas, há situações em que a função pode ser contrária. Conforme Perini, podemos observar vários tipos de comportamento gramatical que difiram uma classificação distinta entre substantivos e adjetivos. Logo:

A observação principal a ser feita é a seguinte: uma palavra como, digamos, *inimigo* não é um substantivo que às vezes se “transfere” para a classe dos adjetivos, nem o oposto. Trata-se, pura e simplesmente, de uma palavra cujo potencial funcional inclui tanto a possibilidade de ser núcleo de SN quanto a de ser modificador. Não há razão para se considerar uma dessas funções como básica, e a outra como derivada, já que ambos os sintagmas abaixo são perfeitamente normais. (PERINI, 2007, p. 323)

Analisados os aspectos decorrem deles, inicialmente, cinco grupos² dos quais dispomos o significado de cada sigla e, em seguida os grupos pela ordem:

- NSN → Núcleo do Sintagma Nominal
- MOD → Modificador
- PN → Pré-núcleo

1º [+NSN, -MOD, -PN]

2º [+NSN, +MOD, -PN]

² Critérios dispostos por Perini na *Gramática Descritiva do Português*, página 324.

3° [+NSN, +MOD, +PN]

4° [-NSN, +MOD, -PN]

5° [-NSN, +MOD, +PN]

O quarto e o quinto grupo correspondem aos adjetivos. Sendo assim, os modificadores (adjetivos) no âmbito do SN exerceriam as funções de modificadores e pré-núcleos deste. No entanto, tal definição peca por haver uma “[...] importância excessiva” às normas de ‘adjetivo’ e ‘substantivo’”. (PERINI, 2007, p. 324).

Aprofundada a análise, se estabelece de forma provisória oito traços distintivos entre substantivos e adjetivos (modificadores), a saber:

4 [NSN] Núcleo do sintagma nominal.

5 [Mod] Modificadores

6 [PN] Pré-núcleos

7 [Int -] Intensificadores

8 [CP] Complemento do predicado

9 [- T, SN] Não pode ocorrer com outro termo no SN.

10 [+ T, SN] Pode ocorrer com outro termo no SN.

11 [Pv] Predicativos

12 [íssimo] Sufixo de superlativo

Tais traços baseiam a classificação de substantivos e adjetivos, assim denominados pela gramática tradicional. Os traços anteriormente expressos possibilitam “[...]distinguir certo número de grupos de palavras, cada um deles definido por sua matriz característica; esses grupos serão as bases para o estabelecimento das classes” (PERINI, 2007, p. 326). Partindo deste princípio, sete são os grupos de palavras que podem vislumbrar na classe dos substantivos e adjetivos³:

(a) [+CP, -T, SN, -Pv, -Mod, +SNS, -Int -, -PN, -íssimo]

Exemplo: *ele*

(b) [+CP, +T, SN, -Pv, -Mod, +SNS, +Int -, -PN, -íssimo]

Exemplo: *Patrícia*

(c) [+CP, +T, SN, +Pv, +Mod, +NSN, +Int -, -PN, -íssimo]

³ Ver páginas 326 e 327.

Exemplo: *trabalhador*

(d) [+CP, +T, SN, +Pv, +Mod, +Int -, -PN, +íssimo]

Exemplo: *inimigo*

(e) [+CP, +T, SN, +Pv, +Mod, + Int -, +PN, +íssimo]

Exemplo: *verde*

(f) [+CP, +T, SN, +Pv, +Mod, -NSN, +Int -, +PN, +íssimo]

Exemplo: *exato*

(g) [+CP, +T, SN, +Pv, +Mod, -NSN, -Int -, -PN, -íssimo]

Exemplo: *presidencial*

Como podemos observar esta divisão/classificação não se parece em nada com a tradicional, porém nos possibilita critérios mais consistentes para a denominação de adjetivos e substantivos. Assim sendo, teremos a primeira classe [-Mod, -Pv], isto é, não podem ser modificadores, nem predicativos, por esta razão serão chamados de substantivos. A segunda classe [+Mod, +Pv] podem ser modificadores ou predicativos, sendo assim, chamados adjetivos. Ambas as classes sofrem subdivisão. Os demais traços podem ser constatados em ambas as classes a depender do uso da palavra, ou seja, a função que desempenha no SN.

Na Gramática do Português Brasileiro, Perini(2010) apresenta um estudo, ainda a ser ampliado, sobre os princípios que regem a taxonomia, isto é, a classificação das palavras. O fato de as palavras estarem dispostas em grupos que as definem com uma nomenclatura específica, não denota a confiabilidade de tais classes. Ocorre a inadequação na distinção entre classe e função.

A considerar os adjetivos, Perini (2010) não procede a uma descrição, como é usual nas gramáticas do Português Brasileiro (PB)⁴. Explícita é a observação acerca da relação mútua entre substantivos e adjetivos que ora intercambiam de função. Assim sendo, segundo o autor, é inadequada a distinção tradicional entre ambos.

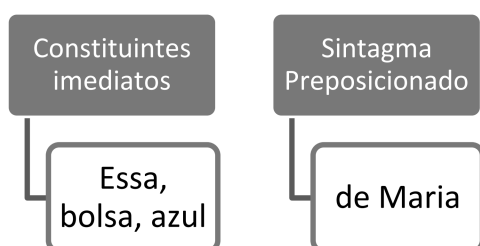
A definição das classes deve estar pautada em princípios que denotem o “potencial funcional das palavras” (PERINI, 2010, p. 290). Os adjetivos, apresentados sob a nomenclatura de modificadores concorrem com outras palavras – pronomes, substantivos, advérbios e, eventualmente, numerais – para obterem uma subclassificação, conforme sua colocação e uso dentro do sintagma nominal.

Os nominais – substantivos, adjetivos, pronomes, artigos, advérbios e numerais – assim denominados por fazerem parte do sintagma nominal passam por uma

⁴A expressão “português brasileiro (PB)” está sendo utilizada pelos linguístas para se referir ao português falado no Brasil e diferenciá-lo do português de Portugal.

subclassificação denominando sua função. Desta forma, adjetivo é uma função inserida na classe dos nominais, que apresentam traços em comum no sintagma nominal, sendo um constituinte imediato deste. Diz-se constituinte imediato a palavra que, apresentando traços comuns, podem ocorrer como parte do sintagma nominal, apenas deste, que não está em nenhuma outra construção e parte desse sintagma nominal – sintagma preposicionado. Vejamos:

Ex.: Essa bolsa azul de Maria.



O adjetivo ocorre muitas vezes como constituinte imediato, ou seja, como parte do sintagma nominal. O que, conforme Perini (2010) é um traço importante, pois nos permite distinguir as palavras que são nominais das que não são. Conduzindo-nos a observar “algumas afirmações de caráter geral sobre outros traços gramaticais” (PERINI, 2010, p. 298). Tais como: somente os nominais podem ter gênero, número marcado pelo sufixo –s e apresentam potencial referencial característico dos nomes, assim como o potencial qualificativo; aquele não é exclusivo dos nomes e parece ser também assumido pelos verbos, estando adjetivos inseridos no potencial qualificativo.

1.4 O adjetivo numa perspectiva funcionalista

Castilho (2012) inicia o estudo observando o que denomina de sintagma adjetival (SAdj), um sintagma formado por especificador, adjetivo e complementador. Exemplificado no seguinte esquema:

SAdj → (especificador) + Adjetivo + (complementador)

Partindo deste pressuposto, explora as diversas formas que o adjetivo pode ser utilizado. Inicialmente, destaca as diferenças morfológicas entre substantivos e adjetivos que consistem na relação gradativa, isto é, de grau, já que o adjetivo aceita flexão expressa por

sufixo produtivo (– íssimo), ou por terminações como: [maisAj do que X]; [tão AdjcomoX]; [o mais Adj como X], correspondentes ao grau comparativo de superioridade, igualdade e inferioridade.

Há também diferenças sintáticas entre substantivos e adjetivos. Estes ocorrem na função atributiva que constituem um SN; ocorrem, também, na função predicativa como constituintes de um sintagma verbal; podem ser pré-modificados pelo intensificador *muito*; e, podem assumir formas comparativas e superlativas. Os dois primeiros critérios são característicos em adjetivos centrais ou prototípicos, os demais em adjetivos periféricos ou não prototípicos, isto é, os primeiros são adjetivos predicativos e, os demais não predicativos.

A este respeito, cita Castilho (2012): “São predicativos os adjetivos que (i) predicam o substantivo ou toda uma sentença; (ii) exibem flexão de grau, concordando em gênero e número com o substantivo a que se aplicam. São não predicativos os adjetivos que classificam o referente dos substantivos”. (CASTILHO, 2012, p. 513). Assim, a predicação é observada a partir de dois critérios: no primeiro, o adjetivo tem como argumento o substantivo (paisagens calmas) ao qual se refere, ou toda a sentença (Adoro as paisagens que são calmas) fazendo menção ao aspecto semântico; no segundo, a relação está na flexão do adjetivo que concorda com o substantivo em gênero e número (homem bondoso – mulher bondosa/ homens bondosos – mulheres bondosas) e, ainda, a flexão de grau (homem riquíssimo) que fazem menção ao aspecto sintático.

Os adjetivos, evidentemente, exercem a função de núcleo do sintagma adjetival. Contudo, sua função predicadora o dispõe, quando no sintagma nominal, como adjunto adnominal e, quando no sintagma verbal, como predicativo, dispondo, também em seu aspecto sintático as propriedades de transitividade, concordância e colocação. No que concerne à transitividade do adjetivo, Castilho (2012, p.518) expõe:

À semelhança dos verbos e das classes que resultaram da nominalização [...] e da adverbialização [...], os adjetivos podem ou não selecionar argumentos. Há, portanto, adjetivos não argumentais ou intransitivos (como *branco*, *veloz* etc.) e adjetivos argumentais ou transitivos, que dispõem de uma estrutura argumental (como *contrário*, *diferente*, *demorado*, etc.).

Desta forma, os adjetivos poderiam selecionar outros itens lexicais que lhes acompanhassem auxiliando ou atuando de modo a “modificar” seu aspecto.

A concordância do adjetivo é realizada por meio da sua relação com o substantivo, combinando com este em gênero e número. Entretanto, já é possível observar um comportamento diverso na concordância dos adjetivos, uma vez que a “[...] simplificação da

morfologia verbal e nominal do PB tem afetado as regras de concordância do adjetivo, que se torna progressivamente invariável.”. (CASTILHO, 2012, p. 519).

Outro prisma relevante diz respeito à colocação do adjetivo, esta representa um traço sintático importante, haja vista que os podemos subdividir em adjetivos de ordem livre (aqueles anteriormente denominados predicativos) e adjetivos de ordem presa (os não predicativos). Kato (apud CASTILHO, 2012) “conclui que ‘a distribuição do adjetivo em português é uma consequência de sua estrutura SVO’. Assim, ‘adjetivo + substantivo será harmônico com sintagma verbal, e substantivo + adjetivo com VO”. Aqui observamos a colocação no sintagma verbal desempenhando funções sintáticas pouco recorrentes. Outros fatores também interferem na posição do adjetivo.

Alguns fatores interferem na posição do adjetivo em relação ao substantivo. Desse modo, adjetivos habitualmente pós-nominais, como em situação *embaraçosa*, configuram na pré-nominalmente caso o substantivo receba argumentos, como em *a embaraçosa situação do governo* (exemplo de Kato, 1983:7). (CASTILHO, 2012, p. 520)

Todavia, a posição do adjetivo, quando inserido no SN não segue uma ordem rígida podendo aparecer tanto anteposto, quanto posposto. Neste último caso, a ordem é menos marcada, uma vez que é mais comum. No primeiro caso (anteposto), há quase que uma “modalização ou recategorização” (grifos do autor) do adjetivo pelo substantivo, pois “[...] a anteposição assegura uma caracterização mais subjetiva”. (CASTILHO, 2010, p. 521). Assim, ressalta-se o valor afetivo em relação ao substantivo. Vejamos a classificação dos adjetivos em Castilho (2012):

QUADRO 3: Classificação dos adjetivos em Castilho (2012)

Adjetivos				
Classes	Predicativos			Não Predicativos
Categorias	Modalizadores	Qualificadores	Quantificadores	Classificadores Pátrios Gentílicos De cor
Subcategorias	Epistêmicos	Polares	Aspectualizadores Iterativos	
	Deônticos	Dimensionadores	Delimitadores	
	Discursivos	Graduadores		—
		Aspectualizadores (Imperfectivos e Perfectivos)		
		Delimitadores aproximados		

Fonte: Castilho, 2012

No que concerne à semântica do adjetivo, é nela que se encontram os critérios para a subdivisão dos adjetivos predicativos – os de ordem livre anteriormente citados – os quais são constituídos, conforme Castilho via três processos de predicação, a saber: (i) emissão de juízo sobre o valor de verdade classe – escopo; (ii) modificação da extensão dos indivíduos designados pela classe – escopo; (iii) modificação das propriedades intencionais da classe – escopo. De tais processos, resultam: os adjetivos modalizadores, os adjetivos qualificadores e, os adjetivos quantificadores.

Os modalizadores “predicam o sentido de um substantivo numa forma subjetiva” (CASTILHO, 2012, p. 524), uma vez que denotam uma avaliação pessoal daquele que fala sobre o objeto do qual está falando, resultando dessa operação o realce da intervenção feita pelo falante. A proximidade dos adjetivos modalizadores com os advérbios acaba por promover uma subdivisão, assim, há os modalizadores epistêmicos, deônticos e discursivos. Os epistêmicos remetem a uma avaliação sobre o referente do substantivo, o que implica uma certeza ou uma incerteza. Os deônticos aparecem quando o falante julga como necessário o referente do substantivo. Por fim, os discursivos que tem como propriedade predicar

substantivos expressos no enunciado, como também “[...]os participantes do discurso não expresso no enunciado, em geral o próprio falante.” (CASTILHO, 2012, p. 525) atuando de modo bidirecional, como em: “*O Brasil vive uma situação **infeliz***”. O adjetivo “infeliz” faz referência tanto ao substantivo que é seu escopo “situação”, quanto ao substantivo “Brasil”.

Os adjetivos qualificadores, segundo Castilho (2012, p. 526) “interferem nas propriedades intencionais do substantivo, alterando-as de forma a agregar traços (i) de qualificação polar, por antonímia; (ii) de dimensão; (iii) de graduação; e (iv) de aspectualização [...]”. Assim, no grupo dos qualificadores ocorre a seguinte subdivisão: qualificadores polares ordenados em pares antonímicos (bonito/feio, limpo/sujo); qualificadores dimensionadores que predicam o substantivo atribuindo-lhes traços de dimensão horizontal (largo, longo); qualificadores graduadores que indicam processo, estado, relação, cujas propriedades graduam para mais ou para menos (grande, absoluta, desgraçada); qualificadores aspectualizadores selecionam os substantivos deverbais, aos quais atribuem traços de imperfectividade ou perfectividade (lenta, momentânea) e, também, os adjetivos delimitadores aproximados que apresentam uma espécie de qualificação ou quantificação, tornando imprecisa ou aproximada a interpretação semântica.

Os adjetivos quantificadores atuam modificando a extensão do substantivo, adicionando ou subtraindo indivíduos e/ou traços semânticos de um conjunto das quais resultam duas subclasses: os adjetivos quantificadores aspectualizadores iterativos e os adjetivos quantificadores delimitadores. Estes afetam a extensão do substantivo e passam a restringir-se a uma perspectiva específica, genérica ou dada por determinado domínio do conhecimento, aqueles “pluralizam o estado das coisas descrito pelos substantivos deverbais a que se aplicam” (CASTILHO, 2012, p. 528)

Há ainda um segundo grande grupo, o dos adjetivos verificativos (não predicativos ou presos) que promovem uma comparação implícita entre o substantivo e “seu sentido prototípico” (CASTILHO, 2012, p. 531). Ao buscar estabelecer um valor de verdade aos substantivos pode-se introduzi-los na corrente do discurso, afirmando ou negando sua existência. “Normalmente derivados de um substantivo, os adjetivos de verificação podem provocar ambiguidades” (CASTILHO, 2012, p. 531), exercendo a função de dispor do conteúdo do substantivo em diferentes panoramas atuam como (i) classificadores; (ii) pátrios; (iii) gentílicos e (vi) de cor. Os classificadores empregam-se sempre pospostos, sendo vedada sua anteposição (*assembleia legislativa* / **legislativa assembleia*). Os pátrios fazem referência a regiões, países, estados, cidades, etc. (*paulista, brasileiro, pernambucano,*

monteirense). Os gentílicos indicam raças e povos (*brancos, negros, indígenas*) e, os de cor como a própria denominação já o diz, expressam uma cor em relação ao substantivo (*casa amarela, queijos brancos*).

O léxico de uma língua é composto por um número expressivo de lexemas. No português falado no Brasil, tal fato não é dispare. Porém, há palavras que, embora com grafias distintas, são dotadas do mesmo valor semântico, como também podem exercer várias funções sintáticas. Nas linhas acima, podemos verificar como isto ocorre. O adjetivo, nas perspectivas expostas é apresentado de modos distintos. Os autores mencionados, ora o tem como classe, ora como função. Entretanto, não podemos eximir do adjetivo o caráter modificador ou modalizador como explicitado por Castilho.

Relevante também é o fato da posição do adjetivo que, conforme Castilho (2012), quando anteposto parece denotar a afetividade daquele que o expressa, o que provavelmente encerra o uso da subjetividade. Ainda, ao analisar os adjetivos predicativos, uma das subclassificações destes, de forma específica os modalizadores, predica o substantivo de uma maneira subjetiva. A partir destas observações aqui mencionadas temos nosso ponto de partida para a investigação do adjetivo no campo discursivo. Castilho (2012) parece-nos indicar um caminho a seguir, porém a linguagem é um fato impreciso e a subjetividade requer um estudo mais elaborado de nossa parte. Assim, passemos ao capítulo seguinte no qual observaremos a expressividade linguística no âmbito da subjetividade.

2. LINGUAGEM E EXPRESSIVIDADE: O SISTEMA A FAVOR DA SUBJETIVIDADE

O estudo da língua(gem) tem forte impulsionamento já na segunda metade do século XX através dos estudos da corrente estruturalista, da qual Saussure é o precursor. É com Saussure e seus estudos sobre a língua(gem) que ocorre o advento da Linguística, ciência que estuda a língua, e sua clássica dicotomia: *Langue x Parole*, isto é, língua versus fala. Ao teorizar a respeito dessa dicotomia, Saussure [1916]/(1997) compreende a língua como um sistema de signos fechados, cuja significação está inserida no próprio sistema, assim a fala é posta em um plano inferior com o prestígio voltado à língua. A nova ciência – a Linguística – concebe seu objetivo conforme a “perspectiva estruturalista, como um sistema de relações internas do qual se deveria reter as leis de organização”. (FLORES; TEXEIRA, 2008, p. 29)

Tal perspectiva conduziu à investigação das regularidades do sistema, buscando abstrair, para tal, tudo o que era externo ao sistema, conseqüentemente, a fala. Contudo, o pensamento saussureano, embora tenha sido o marco de uma ciência de fato voltada à língua(gem) obteve de vários estudiosos da área críticas no que concerne a “parole”, deixada em segundo plano nos estudos estruturalistas. Não se nega o fato de a língua ser compreendida como um sistema que apresenta regularidades, ainda que impostas, tampouco o é sumariamente abstrato. Outras correntes linguísticas evidenciam a importância, senão a atenção minuciosa à fala, uma vez que a mesma constitui um meio para a efetivação da língua. Desta maneira, nas linhas a seguir buscaremos evidenciar a língua(gem) sob uma perspectiva distinta do estruturalismo, contudo é primordial ao nosso estudo a compreensão da língua enquanto sistema, haja vista o título deste capítulo do nosso trabalho.

A corrente estruturalista isola a língua(gem) como um sistema de regularidades na tentativa de obter um objeto específico ao estudo da nova ciência – a Linguística – porém, alguns anos antes do advento do estruturalismo, linguistas como Mikhail Bakhtin já assinalava a complexidade da língua, observando o fenômeno da fala e, em seus estudos, nos apresenta o aspecto dialógico da língua(gem): denominado como dialogismo. Nessa concepção “a verdadeira substância da língua [...] não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas [...] mas pelo fenômeno social da *interação verbal*, realizada através da *enunciação* e das *enunciações*” (BAKHTIN apud BRANDÃO, 2004, p. 61). Observamos assim, o aspecto interativo da língua (gem), o qual não pode ser absorto, uma vez que a ideia de abstração é desconsiderada. Notemos também, o uso de termos que assinalavam novos

horizontes para outra corrente de estudo da língua(gem) que traz consigo uma nova maneira de pensar e conceber a língua(gem): a enunciação.

A linguagem é indubitavelmente necessária à convivência humana, não podendo o ser humano desatrear-se dela, uma vez que, por meio da linguagem, exercemos nossos diversos papéis e assumimos variadas funções. “Todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem” (BAKHTIN, 2003, p. 261). Daí emerge seu caráter multiforme nas formas de uso, o que não contradiz seu caráter sistemático, tampouco o exime de obter uma unidade.

Benveniste [1966]/(2005) opioneiro nos estudos da enunciação – tem por base o estruturalismo saussuriano. Porém, inova ao propor um pensamento no qual sujeito e estrutura estão articulados. A enunciação, parafraseando Benveniste(2005) é o colocar a língua(gem) em execução, ou seja, em funcionamento através do uso individual. É no âmbito individual que a enunciação toma forma e permite o posicionamento subjetivo do falante ou locutor (termo empregado por Benveniste). “A teoria da enunciação é responsável por instaurar um pensamento diferenciado acerca da linguagem” (FLORES; TEIXEIRA, 2008, p. 30), pois o caráter interativo é de fato reconhecido e investigado sob o postulado da enunciação, cujo cerne está na compreensão acerca da significação.

Na tentativa de responder à pergunta “o que é significação?”, o autor recorre a noção de signo e diz está articulada a de significação no estudo da língua. Assim, vincula-se a ideia de língua como sistema de signos, em uma remissão clara a Saussure, definindo o signo como unidade semiótica. Em outras palavras, ele é necessariamente um elemento de dupla relação cuja *unidade é submetida* a uma ordem semiótica porque limitada à ordem da significação. (FLORES; TEIXEIRA, 2008, p. 31)

Ao tratar do campo da significação, Benveniste faz remissão aos princípios saussurianos, o que afirma sua procedência estruturalista. Entretanto, a concepção de enunciação, acaba por diferir-se de tais princípios e “escola” linguística. A enunciação vai aquém do sistema. O ato de enunciar está diretamente unido ao ato de comunicar-se. É na transição entre o dito e redito que se enuncia. Logo, faz-se necessário falar sobre o entendimento da linguagem enquanto instrumento, o qual é inegavelmente refutado por Benveniste, uma vez que tal ideia oporia a linguagem ao homem e vice-versa, pois se trata de uma noção simplista. “Falar de instrumento, é pôr em oposição o homem e a natureza. A picareta, a flecha, a roda não estão na natureza. São fabricações. A linguagem está na natureza do homem, que não a fabricou” (BENVENISTE, 2005, p. 285). Trata-se da compreensão do homem na língua. Ambos, homem e língua estão amalgamados, não podendo ser

compreendidos de forma díspare um do outro. Haja vista que: “Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição de homem”. (BENVENISTE, 2005, p. 285)

Reitera-se, desta forma, a compreensão da língua(gem) enquanto fenômeno interativo, bem como a relação intrínseca entre homem e língua(gem) e nega-se sumariamente o fato da oposição entre ambos, cuja realização seria a negação da própria natureza do homem. Singular é o caráter da linguagem em relação à própria compreensão do homem sobre si mesmo. Aí encontramos o cerne da noção de “pessoa”. Na teoria da enunciação, a categoria de “pessoa” é representada pelos pronomes pessoais “*eu*” e “*tu*”, cujo primeiro pronome evidencia a pessoa subjetiva, enquanto o segundo pronome indica apenas pessoa.

O princípio enunciativo no qual “*eu*” não uso a forma “*eu*” senão em relação a outro, ao qual me direciono na minha alocação como “*tu*” é o que constituiu a ideia de pessoa pelo emprego do método da inversibilidade. Isto é, só me reconheço como “*eu*”, quando me reporto a alguém como um “*tu*” e o mesmo se dá com o “*tu*” para que se reconheça enquanto um “*eu*”. Como explica Benveniste:

Essa condição de diálogo é que é constitutiva da *pessoa*, pois implica em reciprocidade – que eu me torne *tu* na alocação daquele que por sua vez se designa por *eu*. Vemos aí um princípio cujas consequências é preciso desenvolver em todas as direções. A linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como *sujeito*, remetendo a ele mesmo com *eu* no seu discurso. Por isso, *eu* propõe outra pessoa, aquela que, sendo embora exterior a “*mim*”, torna-se meu eco – ao qual digo *tu* e que me diz *tu*. (BENVENISTE, 2005, p. 286).

A aptidão da qual a categoria de pessoa reveste o locutor a se constituir como sujeito é irrefutável. Consequentemente, o sujeito só se concretiza, via uso da expressão subjetiva. Por esta razão, a afirmação: “uma língua sem a expressão da pessoa é inconcebível” (BENVENISTE, 2005, p. 287). A categoria de pessoa assume primazia na concepção de sujeito da teoria da enunciação, o “*eu*” explicita a singularidade do ato individual do que é pronunciado no discurso. “Assim, a linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como *sujeito*, remetendo a ele mesmo como *eu* no seu discurso e ao outro como um *tu*” (FLORES; TEIXEIRA, 2008, p. 33-34).

Enunciar, por sua vez, torna-se transformação individual da língua – enquanto uma virtualidade – em um discurso real e concreto. Aqui, ocorre o processo de significação, ou seja, há a instauração de sentidos, é o campo semântico se consolidando. Contudo, cabe-nos uma indagação, que também foi realizada por Benveniste: ao que o “eu” se refere de fato? A esse respeito, se obtém como resposta:

A algo de muito singular, que é exclusivamente linguístico: *eu* se refere ao ato de discurso individual no qual é pronunciado, e *lhe* designa o locutor. É um termo que não pode ser identificado a não ser dentro do que, noutro passo, chamamos uma instância de discurso, e que só tem referencia atual. A realidade à qual ele remete é a realidade do discurso. É na instância do discurso na qual *eu* designa o locutor que este se enuncia como “sujeito”. É portanto verdade ao pé da letra que o fundamento da subjetividade está no exercício da língua. (BENVENISTE, 2005, p. 288).

Ocorre à enunciação no momento imediato em que se enuncia, o conteúdo da mesma é, portanto, de caráter ímpar, ainda que possa ser retomado na enunciação de outros. Contudo, neste caso assume uma nova significação, produzindo um uso novo, não sendo possível a repetição. Nesses termos, surge o aparelho formal da enunciação, que seriam marcas da colocação em funcionamento da língua. A categoria de pessoa e não-pessoa e, também a “dêixis” inserem-se nos moldes do aparelho formal da enunciação. Os dois primeiros estão concomitantemente imersos na questão da “dêixis”.

Dêixis é uma palavra grega que significa “ostentação, fato de mostrar”. Atentando para isto o emprego de formas dêiticas possibilitariam a exposição – por meio da amostragem, do aparecimento, da exposição – da situação de enunciação. Pesquisando um pouco mais, sobre o sentido da palavra “dêixis”, encontramos no Houaiss um espécime de sinônimo: “díxis” para o qual se tem a seguinte definição:

“\cs\ s.f.2n. (c1970) LINGcaracterística da linguagem humana que consiste em fazer um enunciado referir-se a uma situação definida, real ou imaginária, que pode ser: **a)** quanto aos participantes do ato de enunciação (1ª pessoa – o que fala; 2ª pessoa – aquele a quem se dirige a fala; 3ª pessoa – todo assunto da comunicação, que não sejam a 1ª e 2ª pessoas); **b)** quanto ao momento da enunciação (díxis temporal); **c)** quanto ao lugar onde ocorre a ação, estado ou processo (díxis espacial) [Além da díxis linguística, existe a não linguística, feita com gestos, mímica, expressões faciais, ruídos etc.] □ f. não pref.: *dêixis* □ ETIM gr. *deiksis, deikse, ós* 'citação, demonstração, prova, exposição' (HOUAISS – Dicionário eletrônico da Língua Portuguesa)

Ora, o que aí se encontra descrito é a concepção de Benveniste, conforme os estudos da enunciação. Na “dêixis” encontramos os pronomes pessoais, denominados por alguns como indicadores pessoais, acompanhados dos indicadores espaços-temporais, o que conhecemos na linguística da enunciação como elementos dêiticos. Os indicadores pessoais

“eu/tu” – já explicitados anteriormente – demarcam a presença do locutor e do interlocutor no enunciado, enquanto os indicadores espaço-temporais demarcam o espaço e o momento da enunciação que só podem ser explicados a partir de uma situação de enunciação.

A problemática da dêixis linguística transporta-nos ao interior do enunciado com as circunstâncias que o permeiam – tempo, espaço e, claro, os interlocutores. Os elementos dêíticos norteiam o entendimento da situação de enunciação, proporcionando sua compreensão e constatação; evidenciando a consolidação do sujeito que através do enunciado se constitui como tal na relação com a língua (gem). A subjetividade vem à tona – podemos assim dizer – em consonância com a afirmação do “eu” que chama a si o aspecto da temporalidade, uma vez que o enunciado – como já mencionado – é atual. O que agora explicitamos nos coloca diante da questão da referencialidade, ou seja, da referência.

A referência, ao que nos chega ao entendimento, está também engajada na perspectiva da enunciação. A relação entre o “eu/tu” não é, senão, uma relação referencial. Os próprios elementos dêíticos são referências da categoria de pessoa e não-pessoa que possibilitam o posicionamento subjetivo do falante/locutor. As muitas interpretações do estudo de Benveniste nos levam a afirmar que a subjetividade está na estrutura da língua através de marcações, tais como a dos elementos dêíticos. Contudo, não é uma exclusividade que tais marcações assinalem o fenômeno da subjetividade na linguagem. Fato interessante, e que não pode ser desconsiderado, é que “são indicadores da dêixis, demonstrativos, advérbios, adjetivos, que organizam as relações espaciais e temporais em torno do sujeito” (BENVENISTE, 2005, p. 288).

A subjetividade, assinalada por Bakhtin e fundamenta por Benveniste que a introduziu nos estudos da linguagem toma posição de destaque para a compreensão da linguagem. É o aspecto subjetivo que proporciona o indivíduo posicionar-se como sujeito, fazendo uso de algo que lhe é nato, a língua(gem). É peculiar a forma como o estruturalismo concebe a língua(gem), porém é com a enunciação que de fato temos um entendimento amplo acerca dos fenômenos linguísticos. “A instalação da ‘subjetividade’ na linguagem cria na linguagem e, acreditamos, igualmente fora da linguagem, a categoria de pessoa” (BENVENISTE, 2005, p. 290), portanto, a possibilidade da existência de um sujeito, como também, outros pontos de vista diversificados sobre a própria maneira de ver a estrutura das línguas, quer pelo prisma da organização das formas, quer pelo próprio entendimento da significação. Assim:

A linguagem é, pois, a possibilidade da subjetividade, pelo fato de conter as formas linguísticas apropriadas a sua expressão; e o discurso provoca a emergência da subjetividade, pelo fato de consistir de instâncias discretas. A linguagem de algum modo propõe formas vazias das quais cada locutor em exercício de discurso se apropria e as quais refere à sua “pessoa”, definindo-se ao mesmo tempo a si mesmo como *eu* e a um parceiro como *tu*. A instância de discurso é assim constitutiva de todas as coordenadas que definem o sujeito e das quais apenas designamos sumariamente as mais aparentes. (BENVENISTE, 2005, p. 289).

Desperta nossa atenção no excerto acima duas considerações: a primeira ao manifestar Benveniste sua ideia no que concerne às “formas vazias”, das quais o locutor se apropria para fazer referência à sua pessoa. Isto nos remete a Bakhtin (2003), quando este diz serem as palavras não pertencentes a ninguém, portanto, adquirindo uma nova significação quando empregadas no enunciado do outro e no nosso. As palavras, não sendo de ninguém, o são de todos e, consecutivamente, dotadas de uma neutralidade. – a forma vazia – a qual se refere o autor mencionado agora. A segunda consideração diz respeito ao uso, mais uma vez, do termo discurso que, como já dissemos, parece-nos integrar-se ao termo enunciado. Seriam ambos a mesma coisa? Estariam Bakhtin e Benveniste tratando do mesmo tema, porém com termos designativos distintos? A resposta é indubitavelmente, não, haja vista, os dois termos serem empregados em ambos os estudos, por ambos os autores, mas com nuances diferentes. Então, o que vem a ser discurso?

Reflitamos, pois, sob a noção de discurso a luz da Análise do discurso (AD), outra ramificação dos estudos linguísticos. O caminho percorrido pelo estudo da língua(gem) trata da constituição do próprio indivíduo enquanto sujeito, isto é, ser que vive no mundo real no qual a linguagem viabiliza a percepção do real, do verdadeiro de tudo aquilo que nos rodeia. É, pois, a linguagem veículo de imersão do homem na vida, a língua(gem) é vida. Nessa perspectiva, vejamos o que diz a Análise do discurso, sobre a linguagem, sobre o sujeito, sobre as maneiras de pensar a linguagem e concebê-la, conforme Brandão (2004). Doravante, usaremos a sigla AD para nos referirmos a Análise do discurso. Não esqueçamos que o intuito deste capítulo é verificar a maneira como o sistema é disposto a favor da expressividade, aqui já revestida sob o aspecto da subjetividade.

No decorrer das laudas deste capítulo verificamos uma visão interativa da linguagem nitidamente unida ao social, o contexto. “Essa visão da linguagem como interação social, em que o *Outro* desempenha papel fundamental na constituição do significado, integra o todo da enunciação individual num contexto mais amplo, revelando relações intrínsecas entre o linguístico e o social” (BRANDÃO, 2004, p. 8); a inclusão do fator social em relação com o linguístico ultrapassa fronteiras e amplia os horizontes da língua(gem), enquanto disciplina de

estudo e mais: “O percurso que o indivíduo faz da elaboração mental do conteúdo, a ser expresso à objetivação externa – a enunciação – desse conteúdo, é orientado socialmente, buscando adaptar-se ao contexto imediato do ato da fala [...]” (BRANDÃO, 2004, p. 8). O indivíduo, enquanto, ser que convive no meio social enuncia induzido por esse meio, ou seja, enuncia em consonância com o contexto no qual está inserido.

Diante do quadro acima descrito, percebemos o reconhecimento de um tipo de dualidade que compõe a linguagem, ora sob o aspecto da formalidade, ora pelos aspectos da subjetividade e do meio social, o que irremediavelmente conduz ao entendimento da linguagem fora do cerne saussuriano, porém situado em um nível que se encontra entre a língua e a fala; o discurso. Ponto de articulação no qual os níveis linguísticos e extralinguísticos se entrelaçam evidenciando o(s) processo(s) e fenômeno(s) linguísticos. Pois:

A linguagem enquanto discurso não constitui um universo de signos que serve apenas como instrumento de comunicação ou suporte de pensamento; a linguagem enquanto discurso é interação, e um modo de produção social; ela não é neutra, inocente e nem natural, por isso o lugar privilegiado de manifestação da ideologia. [...] Como elemento de mediação necessária entre o homem e sua realidade e como forma de engajá-lo na própria realidade, a linguagem é lugar de conflito, de confronto ideológico, não podendo ser estudada fora da sociedade, uma vez que os processos que a constituem são históricos-sociais. Seu estudo não pode estar desvinculado de suas condições de produção. Esse será o enfoque a ser assumido por uma nova tendência linguística que irrompe na década de 60: a análise do discurso. (BRANDÃO, 2004, p. 11)

Notemos que aparecem agora os termos: “conflito”; “confronto”; “sociedade”; “condições de produção”; todos vinculados ao nível extralinguístico. A AD – Análise do discurso – parece ter se desprendido de tudo aquilo que “*amedrontava*” as demais tendências de estudo da linguagem. Inaugura uma ousada perspectiva na qual a linguagem e sua complexidade são de fato encaradas, enfrentadas e penetradas a fim de se obter um conhecimento cada vez mais consistente.

Segundo Brandão (2004), é a AD da “escola francesa” que tem a partida do que se concebe hoje como análise do discurso, cuja base interdisciplinar envolvendo a linguística, a história e psicologia lança margem à interpretação das ditas condições de produção. Entretanto, faz necessária assentar suas bases sobre um objeto mais preciso, no caso sobre dimensões mais precisas. Desta maneira, as instituições nas quais o discurso é produzido e que acabam por propor limites a enunciação, bem como “os embates históricos, sociais etc. que se cristalizam no discurso” (MAINGUENEAU apud BRANDÃO, 2004, p. 17) e o espaço próprio de cada discurso determinam um dimensionamento sólido a nova tendência.

A linguagem nos veios da AD assume posição não apenas com algo determinado, mas também determinante. O fator social que vislumbra as condições de produção faz da linguagem um meio produtivo e não só um produto. Ora, não se trata simples e unicamente de um sistema, mas, também, da instauração de ideias, de ideais, ou seja, de uma formação ideológica. A ideologia faz-se componente necessário na concepção de linguagem agora abordada através da competência socioideológica.

Para entender esse novo componente, Brandão (2004) discorre sobre o conceito de ideologia ancorando-se para tal em autores como Marx; Althusser e Ricoeur e, por conseguinte, nos valem de tal leitura para manifestar nosso entendimento. Assim, depende-se por ideologia “uma visão, uma concepção de mundo de uma determinada comunidade social numa determinada circunstância histórica” (BRANDÃO, 2004, p. 30). Portanto, a maneira como a sociedade em um dado momento histórico concebe o mundo, ou seja, o compreende, deduzindo conceitos, valores, normas, etc. Para que tal compreensão seja expressa, se faz necessário o uso da linguagem, pela qual o aparato ideológico é expresso. Assim, podemos dizer que a ideologia se materializa por meio da linguagem. “Nesse sentido, não há um discurso ideológico, mas todos o são” (BRANDÃO, 2004, p. 30). Podemos deduzir diante do que agora foi dito, mais uma vez a presença do caráter subjetivo.

A noção de discurso, conforme a AD, pleiteia o aparato ideológico. Contudo, a compreensão sobre o fenômeno discursivo não se define por meio deste. O discurso se insere entre a dualidade língua e fala. É neste espaço – se podemos assim dizer – que o discurso tem formação. A formação discursiva deve ser ponderada, a fim de que se entenda o que pode e deve ser dito. Há, aqui, o considerar do aspecto ideológico e social, isto é, não se diz algo sem que se tenha uma determinada formação ideológica, tampouco sem se está locado numa comunidade, num âmbito social. A(s) formação(ões) discursiva(s) assume uma amplitude que abrange o contexto social, como também a própria linguagem. Evidentemente, o que nos conduz a mais uma vez chamarmos a atenção para a complexidade na qual está envolta a compreensão da linguagem.

A junção entre enunciado e discurso é notória. A questão do enunciado instaura uma linha que nos leva ao discurso. Este, dotado de uma peculiaridade plural, aquele possibilita o entendimento dessa pluralidade ao ser constatado o seu aspecto não inédito. Lembremos, também, que tal fato permite ao indivíduo apropriar-se por meio da linguagem do enunciado de outros, conseqüentemente tornando o discurso como algo plural, e possibilitando ao indivíduo que se situe como sujeito – noção fundamental para a AD.

É nos estudos da enunciação que aparece o termo sujeito de forma a tomar relevância. O entendimento da língua, enquanto sistema de representação do real de certo modo não privilegia a concepção do sujeito. Todavia, a tese do poder de representação da língua é perfeitamente contemplada até hoje. Porém, sem ser dotada duma representatividade fundamental que por sua vez sede lugar à apreensão da língua enquanto função demonstrativa. Vejamos a divergência entre as duas maneiras de ver a língua, uma dispõe como um sistema que serve a representação, pela qual o real se viabiliza como concreto; a outra dispõe a língua como uma mostra, isto é, inerente ao ato de “mostrar”, cujo significado é:

v. (sXIII) 1t.d.bit. e pron. oferecer(-se) à vista; apresentar(-se), exhibir(-se) <o programa mostrava a atriz ainda jovem><mostrou-lhes a tapeçaria que acabara de fazer><viúva, não saía de casa, não se mostrava>2t.d.bit.tornar patente, indubitável, evidente; evidenciar, provar, demonstrar <o resultado mostra que ele estava certo><os fatos mostravam (a todos) que era preciso mudar as diretrizes>3t.d. indicar por meio de sinais ou indícios; significar, denotar <as pesadas nuvens mostram que a chuva cairá brevemente>3.1t.d. e pron. revelar (algo sobre si mesmo) de modo indireto <sua voz mostrava leve cansaço><evasivo, mostrava certo desinteresse pelo caso><mostrava-se confuso com aquelas perguntas>4t.d. afetar (comportamento), dar aparência ou ares de; aparentar, simular <em festas e ocasiões especiais, sempre mostrava um contentamento fingido>□ ETIM lat. *monstro, as, ávi, átum, áre* 'id.' □ SIN/VAR amostrar; como pron.: ver sinonímia de *raiar, sobressair* e *transparecer*; ver tb. sinonímia de *manifestar* e *provar*□ ANT encobrir, ocultar. (HOUAISS – Dicionário Eletrônico da Língua Portuguesa)

Analisemos o significado do termo lexical “mostrar”, segundo o dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Observemos que são atribuídos ao termo significados como: *tornar patente, indubitável, evidenciar, provar* e outros. Sendo assim, parece-nos pertinente a função demonstrativa atribuída à língua. Pois, ao propor tal função saímos de um domínio recluso, fechado, para um domínio amplo no qual é possível assimilar múltiplos processos e fenômenos que se enquadram não só no campo estrutural. Desse modo, a língua é um “campo mostratório” (BRANDÃO, 2004), assinalando assim o espaço para a questão da subjetividade na linguagem, assim como o fez Benveniste através do estudo dos pronomes, dos verbos e outros. O sujeito é assim, no âmbito da linguagem como um meio para a demonstração da realidade, aqui concebida como aquilo que o envolve e, de modo irrefutável evidenciado no seu discurso que acaba por se compor dentro de um domínio ideológico.

Ora, se o discurso faz emergir o ideário oriundo de um dado indivíduo pertencente à dada sociedade, a subjetividade aí se faz presente, torna possível a capacidade do falante se propor como sujeito do seu discurso, uma vez assentado no emprego da linguagem. Novamente, está o caráter expressivo a serviço do sistema, porém neste momento o sistema não toma lugar central, mas é parte integrante de um contexto no qual a expressividade tem

valor assegurado. Notemos que o sujeito, antes sequer mencionado, passa a partir de então a uma posição quase que central. Contudo, não eximamos o fato desse sujeito está configurado dentro de um espaço e de um tempo socialmente dirigido, uma vez que se trata de um momento específico. Há, então, uma descentralização desse sujeito e aparece o outro com o qual o sujeito se relaciona e que se torna parte integrante desse sujeito, haja vista a constituição do seu discurso no âmbito da pluralidade. No entanto, a subjetividade não se dilui, apenas passa a ter um aspecto – digamos – heterogêneo, ou seja, de maior amplitude.

Logo:

[...] o conceito de subjetividade não pode estar centrado num ego enquanto entidade única e fonte toda-poderosa de sua palavra, mas num sujeito que se cinde porque é átomo, partícula de um corpo histórico social, no qual interage com outros discursos de que se apossa ou diante dos quais se posiciona (ou é posicionado) para construir sua fala. (BRANDÃO, 2004, p. 65)

A subjetividade procede desta forma de múltiplos aspectos que não só centrados no sujeito, mas que pondera o aspecto histórico social como diz a autora. Nesse sentido a subjetividade ultrapassa os limites previstos pela própria enunciação, visto que não só a linguagem a faz emergir, mas sim opera sua existência em concomitância com outros aspectos. Tal ideia pode ser fundamentada na nova compreensão de sujeito, visto que o mesmo não o é mais de caráter único. Conforme vimos com a perspectiva da AD que traz a linguagem para o âmbito histórico e, também, social “o sujeito só constrói sua identidade na interação com o outro” (BRANDÃO, 2004, p.76), assim podemos falar não só em um sujeito, mas de sujeitos que permeiam os discursos e a todo o momento se confrontam, possibilitando o nascimento de novos ideais, de novas ideologias.

Conforme Brandão (2004, p. 110), “na perspectiva da análise do discurso, a noção de sujeito deixa de ser uma noção idealista, imanente; o sujeito da linguagem não é o sujeito em si, mas tal como existe socialmente, interpelado pela ideologia. Dessa forma, o sujeito não é a origem, a fonte absoluta do sentido, porque na sua fala outras falas se dizem”. Na contemporaneidade, o estudo da linguagem apresenta-se ainda como um desafio de extrema complexidade. Todavia, os pressupostos já existentes nos conduzem rumo a uma ciência cada vez mais interdisciplinar, multifacetada. Diálogo, enunciado, discurso, sujeito, ideologia, e por fim subjetividade são indubitavelmente instâncias do estudo da linguagem, cujas fronteiras são limítrofes. Cabe-nos buscar evidenciá-los cada vez mais claros e objetivos no domínio da linguagem.

A subjetividade é o nosso objeto de estudo, um fator inerente à linguagem e dela não separável. Os veios da expressividade bakhtiniana indicaram as veredas pelas quais a

subjetividade chegou até nós na enunciação de Benveniste. Áreas linguísticas distintas: dialogismo e enunciação prefiguraram o desenvolvimento de uma nova forma de compreender a linguagem, sem que o estruturalismo saussuriano perdesse seu primado singular no que concerne à constituição de uma ciência verdadeiramente voltada à linguagem. Visto que: “Qualquer estudo da linguagem é hoje, de alguma forma, tributário de Saussure, quer tomando-o como ponto de partida, quer assumindo suas postulações teóricas, quer rejeitando-as” (BRANDÃO, 2004, p. 7).

O voltar-se para o exterior linguístico não extinguiu o conhecimento consolidado da língua enquanto um sistema, apenas observou conceitos que não podiam ser sustentados ante uma verdade gritante: a língua(gem) não pode ser concebida sem que se evidencie tudo aquilo que a envolve tanto interiormente, quanto exteriormente, ou seja, contextualmente. O aspecto social atesta elementos outros instauradores de sentido, bem como da constituição de sujeito, o qual, intrínseco a linguagem, dela é proveniente e provedora. Caminha-se sempre por uma dualidade que não exígia esta ou aquela instância, mas promove sua junção tornando a linguagem o lugar da (re) criação.

A noção da língua como um sistema, jamais veio por terra. Entretanto, sofreu alterações significativas no tocante ao seu entendimento como sistema “fechado”, pelo contrário, constatou-se ser a língua um sistema “aberto”, no sentido de ser passível de modificações, seja enquanto estrutura, seja enquanto enunciação ou discurso. A relação corpo a corpo, isto é, língua/homem; homem/língua propõe uma prática indissociável da reflexão acerca da linguagem e do próprio homem. Este é definido por aquela e aquela só é validada quando posta em exercício por este.

Desta maneira, estão a expressividade – termo utilizado por Bakhtin – e a subjetividade – termo utilizado por Benveniste e por nós adotado – inseridos no sistema. O estudo dos pronomes, verbos e outros elementos da estrutura na enunciação fazem remissão ao caráter expressivo da linguagem e, indelevelmente findam na concepção da subjetividade. Subjetividade esta concebida nos pressupostos teóricos da enunciação e ratificada com a AD, que a dispõe num quadro mais amplo com o conceito de ideologia em junção com o discurso. A AD, ao contrário das demais tendências lingüísticas, não estabelece um ponto determinado para estudo e análise na/da linguagem, mas constitui em sua interdisciplinaridade sempre uma renovação teórica e novas concepções acerca do fenômeno da linguagem. Nesta perspectiva linguística, cabem a subjetividade, o sistema, o aparato ideológico, o enunciado, o discurso e o texto. Este último como unidade linguística que comporta o estudo dos demais. Entretanto,

não se faz auto-suficiente, pois é primordial a sua constituição às condições de produção o que mais uma vez conduz a língua ao seu vínculo histórico-social.

Em suma, observamos como a linguística concebe a língua nalgumas de suas tendências. Podemos perceber a evolução acerca do entendimento da linguagem que é lugar de uma estrutura que permite o aspecto expressivo, uma vez que sendo a linguagem meio para formação do homem enquanto sujeito, implica de modo recíproco na constituição da linguagem como meio para demonstração do contexto social. Assim, evidencia-se a subjetividade, instância na qual o sujeito se apresenta através do discurso plural, ou seja, dos muitos dizeres assimilados, recriados e reacentuados em concordância com o ideário daquele que enuncia. A linguagem figura dessa maneira num amplo repertório que propicia a pluralidade inserida em um sistema que se (re) significa de forma constante através dos processos e fenômenos linguísticos recorrentes na história do homem e, inevitavelmente da linguagem.

3. A GRAMÁTICA E A EXPRESSIVIDADE: O ADJETIVO E A SUBJETIVIDADE

Conforme podemos observar, Castilho (2012) concebe os adjetivos a partir da análise dos critérios mórfico, sintático e semântico em contraste com o substantivo. Assim, são elencados alguns critérios para a classificação de uma palavra como adjetivo, quais sejam: “(i) ocorrem na função atributiva, como constituintes de um sintagma nominal, como em [*um livro caro*]; (ii) ocorrem na função predicativa, como constituintes de um sintagma verbal, como em [*o livro é caro*]” (CASTILHO, 2012, p. 512). Atentemos para o segundo critério, no qual é mencionada temática da predicação. A função predicativa surge na exposição das diferenças entre adjetivos e substantivos no que se refere ao critério sintático, que, por sua vez, evidencia o evento da predicação ou não predicação originando a classificação dos adjetivos como predicativos ou não predicativos – estes também denominados como de verificação.

Os adjetivos predicativos são aqueles tradicionalmente conhecidos como “adjetivos verdadeiros”; “adjetivos atributivos” os quais “(i) predicam o substantivo ou toda uma sentença; (ii) exibem flexão de grau, concordando em gênero e número com o substantivo a que se aplicam” (CASTILHO, 2012, p. 513) e, ainda, são de ordem livre, ou seja, tem liberdade no que se refere a sua colocação. O aspecto da colocação do adjetivo tem papel ímpar em seu aspecto semântico. Segundo Castilho (2012) os adjetivos predicativos podem assumir posição pré-nominal (anteposto) ou pós-nominal (posposto) ao substantivo como se verifica em: “*paisagens calmas*”; “*calmas paisagens*”. Este fato encerra “que a posição pré-nominal favorece uma interpretação conativa do adjetivo, ao passo que a posição pós-nominal favorece uma interpretação denotativa [...]” (CASTILHO, 2012, p. 514). Desta forma, podemos constatar que o adjetivo dispõe “de propriedades de transitividade, concordância e colocação”.

A análise foi feita tendo como principal expoente referencial a obra: Nova Gramática do Português Brasileiro (2012) de Ataliba T. de Castilho, tendo em vista sua concepção funcional da língua(gem) que busca compreender os fenômenos linguísticos em consonância com uso efetivo da mesma. Ainda, dispomos de três textos que constituem o nosso corpus, os quais são redações do ENEM do ano de 2013, cujo tema foi “Os efeitos da implantação da Lei Seca no Brasil”. Desta maneira, propomos debruçar nossos esforços na tentativa de evidenciar a junção entre gramática e expressividade. Para tal consideramos a ocorrência dos adjetivos

em duas categorias principais, as quais se subdividem em outras espécimes que revelam a expressão subjetiva dos adjetivos.

Assim sendo, dispomos os adjetivos da seguinte forma: inicialmente os Não Predicativos⁵ e os Predicativos. Os predicativos se subdividem em outras duas categorias – Adjetivos com efeito de objetividade e Adjetivos com efeito de subjetividade. Os adjetivos com efeito de objetividade apresentam as subcategorias qualificadores e quantificadores e, a categoria dos Adjetivos com efeito de subjetividade apresenta a subcategoria dos modalizadores.

3.1 Adjetivos Não Predicativos

Diz-se não predicativos, os adjetivos que:

I – Não exigem um argumento, ou seja, complementação.

II – Possuem ordem fixa, ou seja, não permitem a permuta entre posposição e anteposição, sendo esta última inviável.

Observe:

(1) “Dessa forma **o sistema rodoviário** foi implantado [...]” (Anexo – Texto I – 1. 3-4)

Perceba que o adjetivo “rodoviário” acompanha o substantivo “sistema”. Perceba, também, que o adjetivo não exige argumento, apenas faz menção ao tipo de sistema, caracterizando. Bem como, o emprego do adjetivo anteposto ao substantivo resultaria numa expressão agramatical (*rodoviário sistema).

Vejamos outro exemplo:

(2) “O ato de dirigir é semelhante ao de se praticar um esporte. Nele, realizam-se movimentos que estimulam a **coordenação motora** do indivíduo [...]”. (Anexo – Texto I – 1. 9-10)

⁵ A nomenclatura que apresentamos não é inédita, pode ser encontrada em Castilho (2012, pp. 523 – 531). Nos ancoramos neste autor, por ser o mesmo, o único – dentre os autores por nós pesquisados – a apresentar o tema subjetividade na classe dos adjetivos. Nossa intenção é mostrar como o (s) adjetivo (s) denota (m) o processo da subjetividade nos veios gramaticais. Vale salientar que as categorias “Adjetivos com efeito de objetividade” e “Adjetivos com efeito de subjetividade” são inseridas por nós com intuito de expor de forma clara como o falante dispõe do recurso da subjetividade ao empregar o aparato gramatical da língua (gem).

Assim como no primeiro exemplo, o adjetivo “motora” não exige argumento (*coordenação motora de dirigir). Como também, não é possível a anteposição do adjetivo ao substantivo. Assim, observamos que os adjetivos não predicativos são pós-nominais e que sua relação está estritamente vinculada ao substantivo ao qual se refere. Há, portanto, uma relatividade. Vale salientar que os critérios utilizados para definição entre Não predicativos e Predicativos foram instaurados com base em Castilho (2012). Muitos são os critérios que podem ser definidores de ambas as categorias. Entretanto, os que assinalamos nos são primordiais à compreensão de tal distinção.

3.2 Adjetivos predicativos

São predicativos os adjetivos que:

- I – Exigem argumento, isto é, dispõem de uma estrutura argumental.
- II – Gozam de plena liberdade de colocação, são, portanto de ordem livre.

Vejamos:

(3) “[...] medidas precisam ser tomadas a fim de dirimir as *perigosasconsequências* que a bebida alcoólica pode ocasionar aos motoristas.” (Anexo – Texto I – l. 24-25)

Atentemos para o adjetivo “perigosas”, cuja função não apenas se detém a fazer referência ao substantivo “consequências”. O adjetivo dispõe de uma estrutura que exige a argumentação (O que ou quem é perigosa?). Sua colocação pode ser facilmente alterada, deixando a anteposição e passando a posposição. A predicação é um processo, no qual há a disposição de possibilidades. Observemos, ainda:

(4) “Se a lei está em vigor o **punimento é severo** [...]” (Anexo – Texto II – l. 14)

Neste exemplo podemos notar de modo mais evidente a questão da predicação inserida no contexto de um sintagma verbal. Ocorre, aqui, uma das possibilidades de constatação da transitividade adjetival. “A semelhança dos verbos e das classes que resultaram da

nominalização [...] e da adverbialização [...], os adjetivos podem selecionar argumentos. Há, portanto, adjetivos não argumentais ou intransitivos (como *branco*, *veloz* etc.) e adjetivos argumentais ou transitivos, que dispõe de uma estrutura argumental [...]” (CASTILHO, 2012, p. 518)

Em (4), ainda verificamos o emprego do verbo copulativo (verbo de ligação), um fato que, conforme Castilho (2012) é “privativo” ao adjetivo predicativo: “Os adjetivos predicativos são ligados ao substantivo pelos verbos copulativos *ser* e *estar*, os não predicativos rejeitam *estar*”. (CASTILHO, 2012, p. 514). Não esqueçamos da colocação do adjetivo, que em (2) pode assumir, também, ambas as posições, prevalecendo o critério da ordem livre para os adjetivos predicativos. Os adjetivos predicativos subdividem-se em duas categorias, a saber:

3.2.1 Adjetivos com efeito de objetividade

Os adjetivos voltados à objetividade, ainda que predicativos, assumem um relação mais estrita com o referente (o substantivo). Vejamos:

(5) “Dessa maneira a sociedade brasileira poderá se tranquilizar e aguardar melhorias da conduta de suas **futuras gerações** no trânsito”. (Anexo – Texto I – l. 29-30)

No final do período encontramos a expressão “futuras gerações” em que o adjetivo anteposto pode sem problema algum ser empregado de forma posposta (gerações futuras) o que não acarreta mudança semântica no período, tampouco no adjetivo. A palavra “futuras” (adjetivo empregado no feminino / plural) ainda mantém seu significado primitivo (o que ainda há de vir; aquilo que ainda vai acontecer). O adjetivo faz menção ao substantivo “gerações” (feminino/ plural), é a esta palavra, ou ao que ela representa que o adjetivo se refere, não se direcionando em momento algum ao falante que pronuncia o enunciado. Assim, ocorre o emprego objetivo do adjetivo, de modo específico a caracterizar o substantivo.

Os adjetivos com efeito de objetividade podem ser categorizados como Qualificadores ou Quantificadores (termos utilizados na nomenclatura apresentada por Castilho).

3.2.1.1 Adjetivos Qualificadores

Os adjetivos qualificadores qualificam o substantivo interferindo nas propriedades intencionais do mesmo. Conforme Castilho (2012, p. 526) agregam traços:

- de qualificação polar, por antonímia;

(1) “Dados oriundos de todo o território nacional são organizados em gráficos e uma **rápida** análise já confirma os efeitos imediatos e **positivos** da **nova** legislação [...]”. (Anexo – Texto II – 1. 7-9)

No exemplo (1) encontramos os adjetivos: “*rápida, positivos e nova*”, caracterizando respectivamente, os substantivos: “*análise, efeitos e legislação*”. Tais adjetivos possuem uma forma antonímica, ou seja, um antônimo com o qual estabelecem relação. Assim: *rápida – devagar; positivos – negativos e, nova – novo*.

- de dimensão:

(2) O número de mortes (muitas vezes de inocentes) em consequência de bebedeiras é **alto**”. (Anexo – Texto III – 1. 9-10)

Note que o adjetivo “*alto*” faz referência ao substantivo “*número*” atribuindo-lhe traços de dimensão. O número de mortes é alto. Logo, há uma ocorrência frequente de mortes motivadas pelo consumo de bebidas alcoólicas. Os adjetivos que expressam o traço de dimensão, o fazem de acordo com suas propriedades intencionais.

- de graduação:

(3) “Uma **enorme** movimentação voltada para a concretização de resultados”. (Anexo – Texto II – 1. 5-6)

Ocorre, neste caso, uma exposição de um processo de gradação, no qual o adjetivo gradua o substantivo para mais ou para menos. Isto implica numa intensificação ou atenuação

das propriedades do substantivo. O que verificamos com o substantivo “*movimentação*” que tem suas propriedades intensificadas pelo adjetivo “*enorme*”.

- deaspectualização:

(4) “Somados o descumprimento **individual** da Lei Seca e o falho sistema de fiscalização impedem uma maximização dos resultados”. (Anexo – Texto II – l. 23-24)

Neste exemplo, o adjetivo faz menção ao aspecto do substantivo ao qual se refere, atribuindo-lhes noção de perfectividade ou imperfectividade. O fato de não cumprir o que rege a lei, como uma infração individual denota imperfectividade, uma vez que decorre da falta de senso de um indivíduo, que assim como os demais deve obedecer, respeitar as leis, as quais são de domínio coletivo e, não individual. Os traços apresentados decorrem das propriedades intencionais do adjetivo, o que evidencia um movimento de traços do adjetivo predicador em direção ao substantivo.

3.2.1.2 Adjetivos Quantificadores

“Os adjetivos quantificadores modificam a extensão dos substantivos”. (CASTILHO, 2012, p. 529). Há, assim, um acréscimo ou decréscimo de traços semânticos de um dado conjunto.

“A Lei Seca, **atual** medida adotada pelo Governo brasileiro, coloca em evidência a necessidade de se discutir sobre a segurança no trânsito. (Anexo – Texto I – l. 7-8)

Percebamos que o emprego do adjetivo “*atual*” delimita a extensão do substantivo “*medida*”, que tem caráter específico, isto é, do tempo presente, não podendo recorrer a outro tempo ou época para fazer referência à aplicação da lei. Bem como, ao restringir a medida adotada pelo Governo brasileiro a um dado momento, restringem-se também traços semânticos do conjunto no qual a situação de aplicação da lei está inserida. Ora, a lei seca decorre da necessidade de prevenir, fiscalizar e punir (caso necessário) a direção de veículo automotivo após o consumo de bebida alcoólica, fato corriqueiro no nosso cotidiano, haja vista os noticiários e, ao dispor do adjetivo “*atual*”, o falante acaba por modificar a extensão, compreensão do substantivo.

3.2.2 Adjetivos com efeito de subjetividade

Os adjetivos com efeito de subjetividade, ou seja, que possibilitam ao falante expressar sua subjetividade ocorre em consonância com o contexto no qual estão inseridos. Encontram-se na categoria dos predicativos e o aspecto da colocação adquire papel de destaque na exposição da subjetividade. Ainda, há o bidirecionamento que permite ao adjetivo fazer referência ao substantivo e ao falante. Nesta categoria, encontramos os adjetivos modalizadores⁶.

3.2.2.1 Adjetivos modalizadores

Seja o enunciado:

(6) “O ato de dirigir é semelhante ao de se praticar um esporte. Nele realizam-se movimentos que estimulam a coordenação motora do indivíduo, capacitando-o para exercer determinada atividade. Porém, conduzir um carro é uma prática coletiva, pois é preciso ter noção e competência para um *bom desempenho* próprio e também atenção para com o comportamento dos outros ao volante”. (Anexo – Texto I – l. 11-12)

Inicialmente, vejamos se o adjetivo em questão é predicativo. Ao enunciar o adjetivo “*bom*” se faz necessário que também se enuncie: *o que é bom?* No caso, a resposta a essa indagação é o substantivo *desempenho*. Logo, o adjetivo exige um argumento, ao qual seleciona de acordo com o contexto no qual se enuncia. Observemos, também, que o adjetivo aceita a gradação. Desta maneira, podemos ter as formas: (i) boníssimo / muito bom – grau superlativo; (ii) Meu desempenho foi tão bom quanto o seu – grau comparativo, o que segundo Castilho (2012) não pode ser aplicado aos adjetivos não predicativos/verificativos. Ainda, notemos que o adjetivo *bom* pode ser empregado anteposto [*bom desempenho*] ou posposto [*desempenho bom*], assegurando a liberdade de colocação. Logo, concluímos que *bom* é um adjetivo predicativo. Atentemos, ainda, para o fato de o adjetivo bom indicar um juízo de valor, pois no trecho que observamos acima em (6) o adjetivo mencionado faz referência ao desempenho daquele que dirige. Para o autor, há que se ter noção, isto é,

⁶Termo empregado na nomenclatura de Castilho e, aqui, por nós adotado.

entendimento, competência e capacidade para que se faça uma boa direção do veículo. Assim, verificamos também que o adjetivo de (6) é adjetivo modalizador.

Conforme Castilho (2012, p. 524),

Os adjetivos modalizadores predicam o sentido de um substantivo numa forma subjetiva, visto que eles verbalizam uma avaliação pessoal do falante sobre o conteúdo desse substantivo. O significado que resulta dessa operação realça a intervenção do locutor, razão por que parece adequado caracterizá-lo como adjetivos orientados para o falante.

Contrastando citação de Castilho, com o enunciado que temos em (6) constatamos ser o adjetivo “*bom*” uma expressão de juízo daquele que o verbaliza. Analisemos outro excerto deste mesmo texto. Seja o enunciado:

(7) “Vista essa complexidade dirigir embriagado é um ***comportamentobrutal***, uma vez que a bebida alcoólica afeta negativamente o controle do homem sobre si”. (Anexo – Texto I – 1. 13-14)

Há em (7) o adjetivo na posição de colocação comum para os parâmetros da língua portuguesa. Contudo, isto não impede que, querendo, o falante o anteponha ao substantivo obtendo o seguinte resultado: [...] *dirigir embriagado é um brutal comportamento* [...]. O adjetivo “*brutal*” traz em sua carga semântica um juízo de valor, visto que, o mesmo poderia ser facilmente substituído por outros que lhes são sinônimos (ruim, péssimo, etc). Porém, ao exprimir o ato de dirigir embriagado como algo *brutal*, o falante eleva a gravidade da ação ao mais extremo grau, evidenciando sua posição ante tal prática. Ora, provavelmente, para aqueles que praticam esta ação pode ser algo normal, até mesmo errado, mas com um menor respaldo a um delito que seja grave, enquanto para o falante, a escolha e emprego do adjetivo “*brutal*” revela uma posição individual, pessoal, ante o ato praticado. Poderíamos observar isto, por meio da paráfrase:

(7*) Quem dirige embriagado tem um ***comportamentobrutal***.

Nota-se que o adjetivo agora assume uma direção dupla, ou seja, refere-se ao mesmo tempo ao substantivo comportamento, determinando-o e, ao próprio falante, indicando sua concepção, seu entendimento sobre o conteúdo do substantivo determinado. A este tipo de

adjetivo, Castilho denomina “Adjetivos modalizadores discursivos” sobre os quais menciona o seguinte:

Certos adjetivos, também descritos como psicológicos, têm a propriedade de predicar o substantivo expresso no enunciado, e também um dos participantes do discurso não expresso no enunciado, em geral o próprio falante. Esses adjetivos atuam bidirecionalmente, ou seja, são biargumentais. Tanto numa direção, quanto na outra o que se observa é que o usuário está emitindo através desses adjetivos um juízo sobre o sentido do substantivo e sobre um participante, tendo como pano de fundo o referente dado pelo substantivo. (CASTILHO, 2012, p. 525)

Como havíamos discorrido anteriormente, o discurso está envolto num aparato ideológico, isto é, recorrem ao discurso no ato de expressão do falante, ideais, ideologias, ou seja, concepções de vida, de mundo. O falante não é uma tábua rasa, outros fatores corroboram para posicionamento deste ante o outro, ante o mundo, e a língua(gem) é quem o permite tal atitude. Prossigamos com nossa análise. Tomemos o exemplo:

(8) “Portanto, medidas precisam ser tomadas a fim de dirimir as *perigosasconsequências* que a bebida alcoólica pode ocasionar aos motoristas”. (Anexo – Texto I –l. 24-25)

Analisemos o adjetivo “*perigosas*”. Novamente, o traço livre da colocação deve ser ressaltado, podendo assim, o adjetivo assumir a anteposição [perigosas consequências] ou posposição [consequências perigosas]. Percebamos que a alteração da colocação do adjetivo não afeta seu aspecto semântico, mas revela pontos de vistas distintos em relação ao conteúdo do substantivo. No enunciado (3) o adjetivo, mais uma vez denota um juízo de valor em relação ao conteúdo do substantivo, haja vista que as consequências poderiam ser as mais diversas (boas, medianas, favoráveis, desfavoráveis, etc.), no entanto, expressa o falante serem *perigosas*. Tentando parafrasear, temos:

(8a) Creio que a bebida alcoólica pode ocasionar *perigosasconsequências* / *consequências perigosas* para os motoristas e medidas precisam ser tomadas.

(8b) Acho *perigosas* as *consequências* da bebida alcoólica para os motoristas e medidas precisam ser tomadas.

Em ambas as paráfrases o adjetivo atua numa bidireção, pois as consequências são perigosas para os motoristas devido ao uso inadequado da bebida alcoólica, revelando, na

verdade o ponto de vista do falante sobre as consequências oriundas da combinação entre álcool e direção. Há, assim, a questão psicológica fomentada por Castilho, uma vez que o falante expressa algo que lhe é pessoal, portanto de cunho íntimo – digamos assim – pois para outro as consequências podem prefigurar como um resultado de uma aventura, trazendo-lhe a sensação de êxito, superação ou, ainda, de alívio (no caso de uma pessoa que se vê obrigada a dirigir alcoolizada, por estar numa situação extrema, por exemplo, socorrer alguém que passa mal no meio de uma comemoração) Reside, neste âmbito, a subjetividade e o adjetivo é elemento que proporciona tal evento. Compreendendo, então ser perigoso para os motoristas, tanto quanto para aquele que expressa a opinião.

Observando-se as paráfrases, parece-nos ser mais evidente o que agora dizemos, pois o verbo na primeira pessoa do singular (eu creio / eu acho) tem como objeto o adjetivo “*perigosas*”, que por sua vez tem como argumento o substantivo “*consequências*”. A proximidade entre verbo e adjetivo, nos faz perceber a posição pessoal do falante em relação ao que enuncia, pois conforme Benveniste (2005), primeiramente os pronomes e, em seguida, os verbos são pontos de apoio à expressão da subjetividade. O “eu” se torna possível por meio do uso de uma forma linguística da qual o falante se apropria para dar-lhe sentido e, paralelamente, os sentidos são produzidos no âmbito do discurso, do dizer, do enunciar.

Vejamos mais um exemplo:

(9) “Apesar da queda dos números, ainda muitas tragédias insistem em acontecer, ocasionadas pela *desastrosaunião* do álcool com a direção”. (Anexo – Texto II – l. 12-13)

Este enunciado é parte final de um trecho do segundo parágrafo, no qual se discorre sobre a queda no número de acidentes de trânsito, ocasionado pela direção imprudente de motoristas alcoolizados. Atentemos que o adjetivo ocupa posição pré-nominal em relação ao substantivo ao qual faz referência e, novamente é de ordem livre, podendo ocorrer na posposição [união desastrosa]. “*Desastrosa*” é forma feminina de “*desastroso*”, portanto o adjetivo está flexionado em gênero para concordar com o substantivo, eis o aspecto da concordância, recorrente em todos os adjetivos até aqui utilizados para nossa análise.

Ocorre com o adjetivo “*desastrosa*” o mesmo que com os adjetivos de (6), (7) e (8): expressam uma posição pessoal daquele que enuncia em relação ao conteúdo do substantivo. Sejam as paráfrases:

- (9a) Me é desastrosa a união do álcool com a direção.
 (9b) Eu acho desastrosa a união do álcool com a direção.
 (9c) Para mim, a união do álcool com a direção é desastrosa.

Em todas as paráfrases, o adjetivo atua direcionado tanto para o substantivo, quanto para o falante. Há o bidirecionamento. É uma questão individual crer que a união entre álcool e direção é desastrosa, a exemplo disto outros adjetivos poderiam ser empregados. A subjetividade está no fato de conceber a atitude mencionada no texto como desastrosa, que pode assumir nuances de catástrofe ou algo cotidiano, portanto, trivial. Cabe ao falante, exprimir sua concepção, fazendo para tal uso da palavra que é parte de um sistema linguístico, o qual só adquire sentido quando usado pelos falantes da língua. Vale ressaltar o fato dos adjetivos na colocação anteposta serem maioria nos exemplos citados até agora. Contudo, isto não é empecilho para que permutem de posição, haja vista serem predicativos e, conseqüentemente, de ordem livre. Observemos outra ocorrência de adjetivos predicativos com efeito de subjetividade modalizadores.

Em:

- (10) “O ser humano tem o *péssimohábito* e certa tendência em não seguir aquilo que lhe é imposto”. (Anexo – Texto III – l. 12-13)

A nossa já conhecida dupla, adjetivo e substantivo aparecem mais uma vez fazendo a concordância com o adjetivo assumindo a colocação anteposta ao substantivo. “*Péssimo*” exprime um aspecto relativo à desobediência que o ser humano tem em não seguir o que lhe impõem. O falante faz uso do adjetivo para assinalar sua compreensão acerca dos hábitos dos outros, isto é, do ser humano, categoria dentre os quais está incluso. Ao falar do péssimo hábito de desobediência do ser humano, fala de si próprio. São caminhos intrigantes o da linguagem. O “eu” do enunciador em (10) se concretiza por meio do outro, é a relação do “eu” / “tu” citada por Benveniste. O adjetivo “*péssimo*” é modalizador, uma vez que verbaliza um juízo, como também, atua em duas direções, a do substantivo e do próprio enunciador. Assim, verificamos a tomada de mais de um escopo, quando o adjetivo afeta simultaneamente um termo do enunciado e um participante da enunciação.

Comparando o par negritado em (10) com outros que encontramos, veremos que há adjetivos que não permitem a modalização, pois não são predicativos e tem forma presa como mencionamos no início do capítulo e, constatados em:

(11)

- a) governo federal.
- b) território nacional
- c) aparelhos etilômetros

Os adjetivos em (11) admitem apenas a posposição, cuja função não é predicativa, por isso afastam-se do aspecto da subjetividade. Parafraseá-los como os demais, resultaria na exposição de algo impossível. Observemos:

(11*)

- a) Eu acho federal o governo.
- b) Me é nacional o território.
- c) Creio que são etilômetros os aparelhos.

Em (11) os adjetivos, tal qual nos demais exemplos atribuem traços semânticos ao substantivo. Todavia, o fazem a partir de uma descrição objetiva do sentido do próprio substantivo. Logo, voltemo-nos para a predicação dos adjetivos onde os encontramos sob o poder da sintaxe, fazendo uso diverso de sua colocação concedendo-lhes uma mobilidade que os torna mais evidentes quanto à subjetividade através da anteposição.

Para Castilho, “a anteposição assegura uma caracterização mais subjetiva” (CASTILHO, 2012, p. 521) e, ainda: “[...] apenas os adjetivos de apreciação subjetiva (como em **bom** menino, **bela** casa, **interessante** história, **fantástica** notícia) podem ser pronominais” (CASTILHO, 2012, p. 520).

No decorrer da nossa análise podemos constatar a probidade do que Castilho nos apresenta. Quando ocorre a anteposição do adjetivo ao substantivo, corrobora para uma maior expressão subjetiva do falante. Haja vista que o adjetivo é modalizador, ou seja, verbaliza um juízo sobre o conteúdo do substantivo e, ainda, é um modalizador discursivo, pois atua de forma bidirecional fazendo referência ao substantivo e ao próprio falante. A subjetividade expressa por meio dos adjetivos é verdadeiramente possível. O mundo é composto por

coisasque são nomeadas e permeadas de nuances significativas, que são evidenciadas quando o falante assume um posicionamento, colocando-se como um “eu”, indivíduo que dotado de uma língua descobre o mundo, aos outros e a si.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise que nestas laudas expomos concluímos que a subjetividade pode ter como meio para expressão os adjetivos. Alguns traços são determinantes para que tal fenômeno seja possível: (i) os adjetivos predicativos favorecem a expressão subjetiva do falante; (ii) os adjetivos modalizadores e principalmente os discursivos asseguram uma expressão mais subjetiva do falante, pois ao serem empregados na enunciação atuam de forma bidirecional, ou seja, afetam de forma simultânea a uma parte do enunciado e a um participante da enunciação; (iii) quando anteposto, o adjetivo assegura um posicionamento mais subjetivo, ou seja, constata-se uma intensidade do traço subjetivo; (iv) os substantivos abstratos parecem admitir com maior frequência o emprego do adjetivo com um posicionamento subjetivo. Este último traço necessita de um estudo mais aprofundado, o colocamos, pois como verificamos em:

- (a) *bom* desempenho.
- (b) *comportamento* brutal
- (c) *perigosas* consequências
- (d) *desastrosa* união
- (e) *punimento* é severo
- (f) *rápida* análise / efeitos *imediatos e positivos*
- (g) *péssimo* hábito

Todos os substantivos que servem de escopo para o adjetivos são abstratos, conforme é depreendido na gramática normativa. Tendo como base os traços acima, acreditamos obtermos fundamentos sólidos para dizermos que os adjetivos expressam a subjetividade, ou seja, ao fazer uso dos adjetivos por meio dos enunciados, os falantes podem assumir um posicionamento individual, pessoal, configurando-se como um “eu” no meio social tomando uma atitude ativa em relação aos fatos que o circundam. Adjetivo e subjetividade podem e tem uma estreita relação quando inseridos num contexto. É necessário, pois, que tomemos outro posicionamento no que se refere à língua(gem) concebendo-a não só como um sistema apenas, mas como uma rede de interações que viabilizam a existência desse sistema e que propiciam a existência do próprio “eu”.

Observamos em nosso trabalho como há, ainda, muito a ser explorado e, conhecido na língua (gem). Novos caminhos são assinalados, nos quais a compreensão do linguístico passa por a compreensão do homem, isto é, do “eu”, do “outro”, do “nós” e vice-versa. Rompem-se fronteiras e ultrapassam-se barreiras, uma vez que não se detém apenas ao aspecto gramatical com seus liames, como também ao aspecto extra gramatical, ou seja, o contextual. Neste, inserem-se valores culturais, morais, sociais o que vai além do tradicionalismo já conhecido nos estudos da língua (gem) que vislumbra o que é próprio do sistema.

Acreditamos que pesquisas como esta propõe uma nova postura ante o estudo da língua (gem) e, desta propriamente dita, como também de nós mesmos, pois como vimos com Benveniste um coabita o outro. Logo, o aspecto reflexivo é assim ampliado. Estendido a novos horizontes em que as palavras, os adjetivos assumem papel ímpar no veio da linguagem, podendo ser condutores do pensamento e, não só de sentidos previamente estabelecidos.

A classe dos adjetivos é ressignificada, pois de palavra que expressa à caracterização do substantivo, passa a palavra que expõe o pensamento do falante em relação ao termo que se refere e, desta maneira, o substantivo apresentado na gramática tradicional como classe determinante, passa a classe determinada. Deixando assim, seu papel de destaque, dividindo-o com o adjetivo, haja vista a estreita relação entre estas classes. No que se refere ao ensino, a classe de palavras adjetivo poderá habitar novos espaços, além da caracterização, da descrição, do acompanhamento simples do substantivo, etc., pois seu aspecto subjetivo permite o emprego de modo mais específico, proporcionando ao aluno/falante uma compreensão mais profunda e consistente da língua (gem), seja em seu âmbito gramatical, seja em seu âmbito discursivo.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. - 37^a ed. rev. e ampl. 16^a reimp.- Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral I**. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri: revisão do prof. Isaac Nicolau Salum. Ed. 5^a. Campinas, SP: Pontes Editora, 2005.
- BRANDÃO, Helena HathsueNagamine. **Introdução à análise do discurso**. – 2^a ed. rev. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.
- CASTILHO, Ataliba T. de. **Nova gramática do português brasileiro**. – 1^a. ed. 2^a reimp. – São Paulo: Contexto, 2012.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lyndley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 4^a ed. Rio de Janeiro: Lexicon Editora Digital, 2007.
- FARIAS, Washington Silva de. **A classificação das palavras**. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 2000.
- FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. **Introdução à linguística da enunciação**. 1^a ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- HOUAISS – Dicionário Eletrônico da Língua Portuguesa.
- ILARI, Rodolfo (Org.). **Gramática do português falado no Brasil: volume III: palavras de classe aberta**. São Paulo: Contexto, 2014.
- MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Ana Christina (Orgs.). **Introdução à Linguística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2005.
- PERINI, Mário A. **Gramática descritiva do português**. 4^a ed. 11^a reimp. São Paulo: Ática, 2007.
- _____. **Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- SAUSSURE, **Curso de Linguística Geral**. Tradução de Antônio Chelin, João Paulo Paes e IzidoroBlikstein. São Paulo: Editora Cultrix, 1997.

Anexos

Texto I

1	Comportamento ao volante
2	O automóvel foi uma das grandes invenções do homem. Ao longo dos anos, a espécie hu-
3	mana foi se organizando em sociedades e desenvolvendo meios para facilitar seu deslocamento. Nessa
4	forma, o sistema rodoviário foi implantado e sendo, progressivamente, aprimorado no território brasilei-
5	ro. A intensificação desse processo gerou maior mobilidade à população, mas também possibilitou
6	a ocorrência de eventuais ações maléficas por parte dos cidadãos, como o ato de dirigir após consu-
7	mir bebida alcoólica. A Lei Seca, atual medida adotada pelo Governo brasileiro, coloca em
8	evidência a necessidade de se discutir sobre a segurança no trânsito.
9	O ato de dirigir é semelhante ao de se praticar um esporte. Nele, realizam-se mo-
10	vimientos que estimulam a coordenação motora do indivíduo, capacitando-o para exercer deter-
11	minada atividade. Porém, conduzir um carro é uma prática coletiva, pois é preciso ter noção
12	e competência para um bom desempenho próprio e também atenção para com o comportamento dos
13	outros ao volante. Vista essa complexidade, dirigir embriagado é um comportamento brutal,
14	uma vez que a bebida alcoólica afeta negativamente o controle do homem sobre si. A criação
15	da Lei Seca foi de grande importância para organizar esse quadro, e sem apontando esta-
16	tísticas gradualmente satisfatórias na redução de vítimas de acidentes de trânsito.
17	Contudo, muitos ainda se posicionam contra a lei mencionada, mas os mesmos não co-
18	gitam que ela foi colocada em vigor por um bem maior. É compreensível o descontentamento de pes-
19	soas que são impossibilitadas de beber socialmente porque o organismo alaga quantidades inge-
20	ridas que, para elas, são baixas e nocivas ao ideal desempenho do organismo. Entretanto, é
21	fundamental que o ser humano compreenda que prezar pela vida de seus semelhantes é mais
22	importante do que atingir um prazer passageiro, e é a partir desse princípio que leis, como
23	a Lei Seca, devem ser respeitadas.
24	Portanto, medidas precisam ser tomadas a fim de diminuir as perigosas consequências
25	que a bebida alcoólica pode ocasionar aos motoristas. É obrigação do Governo cobrar da Polí-
26	cia Rodoviária Federal a intensificação da fiscalização da Lei Seca, e papéis das escolas de dire-
27	ção ressaltarem, nas aulas, a importância dos alunos em cumprir com esse dever. A mídia tam-
28	bém pode colaborar com campanhas e propagandas que incitem o cidadão a respeitar essa lei. Dessa ma-
29	neira, a sociedade brasileira poderá se tranquilizar e aguardar melhorias em sua
30	conduta de suas futuras gerações no trânsito.

Texto II

1 Lei Seca: Efeito na mente para um efeito nas ruas

2 Há não muito tempo foi proposta e então aprovada a legislação que proíbe moto-

3 ristas de dirigir com qualquer nível de álcool no sangue. Policiais foram munidos de etilô-

4 metros, avisos publicitários alardearam, assim como ainda o foram, a respeito da nova

5 lei e da necessidade de uma massiva tomada de consciência. Uma enorme maximiza-

6 ção voltada para a concretização de resultados concretos.

7 Muito se estuda os efeitos da implantação da Lei Seca. Dados oriundos de to-

8 do o território nacional são originados em gráficos e uma rápida análise já confirma

9 os efeitos imediatos e positivos da nova legislação: diminuição do número de aciden-

10 tes automobilísticos, assim como de mortes causadas por eles. É preciso analisar, no en-

11 tanto, se as possibilidades delineadas pelo projeto de lei estão sendo aproveitadas no

12 seu maior potencial. Apesar da queda dos números, ainda muitas tragédias insistem

13 em acontecer, ocasionadas pela devastadora união do álcool com a direção.

14 Se a lei está em vigor, o punimento é severo, porém o problema não foi

15 eradocado, a execução desse projeto possui lacunas. Pesquisas de opinião apontam

16 que prevalece uma opinião, próxima a cem por cento, acerca da Lei Seca. Obvio-

17 mente há uma disparidade entre a teoria e a prática. Isso está relacionado ao ego-

18 centismo humano. No fundo, não vemos problemas em ter certas regras quebradas

19 por nós, mas elas devem valer para os outros. Isso causa enorme caos justamente por

20 ser uma tendência e não uma exceção de ponto de vista. Uma pessoa desobedece aqui,

21 outra, ali, e o trânsito vai se enchendo de motoristas alcoolizados. Entra, nesse mo-

22 mento um segundo problema: a carência de uma fiscalização eficiente.

23 Somados, o descumprimento individual da Lei Seca e o falho sistema

24 de fiscalização impedem uma maximização de resultados. Para os efeitos espe-

25 rados serem vistos na realidade é necessário corrigir essas duas lacunas maiores.

26 O número de aparelhos etilômetros, assim como o número de policiais nas ruas,

27 principalmente em pontos estratégicos deve aumentar. É para os efeitos físicos serem

28 sentidos, deve haver também uma ampliação no efeito moral que a lei traz.

29 É preciso começar a agir como se espera que "todos" agiram. Se isso fizer efeito nas

30 mentes, a Lei Seca fará efeito nas ruas.

Texto III

1	Prejiza uma dose de responsabilidade,
2	
3	Fim de semana se aproximando, encontros em bares com amigos são
4	certos! Todos em pleno clima de descontração acabam exagerando no consumo
5	de álcool. Após a diversão, muitos - sem a menor ideia - não sabem dirigir.
6	Algo já proibido por lei. Seria muito realmente válido e prudente tomar essa decisão?
7	Beber e dirigir definitivamente não combinam. Uma vez combinados, são
8	com más opções a vida de motorista em vias, e assim a de todos aqueles que
9	quises tiverem a má sorte de se encontrar pelo caminho. O número de mortes
10	(muitas vezes de inocentes) em consequência de bebidas é alto. ABR-381 - Roda-
11	via da Moura em Minas Gerais - é conhecida pelos elevados índices de acidentes.
12	O ser humano tem o péssimo hábito e certa tendência em não seguir
13	aquilo que lhe é imposto. Talavia, a "Lei Seca" já proposta pelo Governo Federal
14	deve ser cumprida, e se descumprida, punições severas são impostas. A
15	fiscalização deve aparecer com mais vigor, em locais com maior frequência de
16	acidentes causados pelo uso indiscriminado de bebidas.
17	Além do governo, a sociedade também necessita cumprir seu papel. Ter sua
18	responsabilidade e a consciência de que não se deve dirigir após o consumo de
19	bebidas é essencial.
20	Leis válidas implantadas por todos em lugares estratégicos. Nas embala-
21	ções de bebidas alcoólicas poderiam vir acopladas algumas doses referen-
22	tes a beber e dirigir - mesma alternativa adotada nos embalações de cigar-
23	ros. Além disso, as propagandas alertando para o uso de álcool combinado
24	com o volante devem aumentar.
25	Tudo isso vai se direcionando a um único objetivo: reduzir o número de
26	acidentes causados pelo álcool. As medidas a serem adotadas devem andar
27	lado a lado com a "Lei Seca", além de atingir tanto um âmbito regional
28	quanto o nacional; alcançando por resultados mais satisfatórios e
29	conscientes.
30	